



**Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Humanas - IH  
Departamento de Serviço Social - SER  
Trabalho de Conclusão de Curso**

**SARA FROTA PORTELA**

**“O filho fica com quem?”:**

**O trabalho interdisciplinar do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF no Fórum de Taguatinga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**

**Brasília  
Abril/2013**

**Sara Frota Portela**

**“O filho fica com quem?”:**

**O trabalho interdisciplinar do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF no Fórum de Taguatinga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT**

**Orientadora: Priscilla Maia de Andrade**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Ms. Priscilla Maia de Andrade.

**Brasília  
Abril/2013**

**SARA FROTA PORTELA**

“O filho fica com quem?”: O trabalho interdisciplinar do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF no Fórum de Taguatinga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF

**Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Priscilla Maia de Andrade.**

**Banca Examinadora**

---

**Prof. Ms. Priscilla Maia de Andrade**  
**(Orientadora)**

---

**Prof. Ms. Lucélia Luiz Pereira**  
**(Membro Interno- Universidade de Brasília)**

---

**Assistente Social Júlia Alves Costa**  
**(Membro Externo – TJDF)**

Dedico essa monografia aos meus pais, Suleny e João,  
e à minha irmã, Raquel.

## **Agradecimentos**

Chega ao fim mais um ciclo importante em minha vida. E eu não poderia deixar de agradecer a todos que me apoiaram e estiveram junto a mim nesta longa caminhada. Primeiramente, quero agradecer Àquele que nunca me abandona, meu Deus, por todas as bênçãos, por permitir que um dia eu chegasse à tão sonhada UnB e também por toda a força nos momentos difíceis da minha trajetória acadêmica.

Minha família, minha base de proteção, amor e carinho. Especialmente a meus pais, João e Suleny, que sempre se esforçaram tanto para garantir meus estudos e pelo incentivo diário para continuar nesta caminhada. Obrigada por tanto amor. A minha irmã Raquel, por sua amizade e apoio de sempre. A minha prima Monique e tias Suelly e Nenzinha, minha madrinha, por sempre incentivarem meus estudos e por acreditar que eu pudesse estar na UnB.

À minha orientadora e mestre, Priscilla, por sua atenção, paciência, disponibilidade e conhecimentos. Professora, você é uma excelente profissional, tem o dom de orientar e sou muito grata a você por toda a orientação ao longo da pesquisa.

A toda a equipe do SERAF do TJDFT, pela disponibilidade em participar da pesquisa, e também por todo aprendizado durante o estágio supervisionado, especialmente às assistentes sociais Cristina, Maria dos Prazeres e Júlia pela supervisão prestada com muito carinho.

À assistente social Júlia e a professora Lucélia pela disponibilidade em participar da banca, fato de grande satisfação pelos conhecimentos que possuem.

Aos meus amigos e amigas que sempre estão ao meu lado, obrigada pelo companheirismo, carinho e por acreditar em mim, especialmente, Sarah, Stephanie, Cláudia e Marina.

## **Resumo**

O presente trabalho analisa a prática profissional interdisciplinar no Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família - SERAF no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT. O SERAF realiza assessoramento aos juízes em Ações de Guarda e Responsabilidade, por meio de um trabalho interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogos. A metodologia consiste em um estudo de caso sobre o SERAF do Fórum de Taguatinga, no qual foi realizada uma análise documental das oito entrevistas, distribuídas entre quatro assistentes sociais e quatro psicólogos da equipe. O objetivo central foi relatar os limites e possibilidades deste trabalho interdisciplinar por meio de entrevistas semiestruturadas com os profissionais, para que fosse confirmada a hipótese de que a interdisciplinaridade entre serviço social e psicologia é fundamental para atender as demandas das Ações de Guarda e Responsabilidade, qualifica os atendimentos e não fere as especificidades de cada profissão.

**Palavras-chaves:** interdisciplinaridade, serviço social no judiciário, ações de guarda, famílias.

## **Abstract**

This search examines the professional practice interdisciplinary at Advisory Service to Civil Courts and Family at the Court of the Federal District and the Territories. The service performs advisory judges about guardianship and responsibility through interdisciplinary work between social workers and psychologists. The methodology consists of a case study on the unit of Taguatinga Forum, which was conducted in a documental analysis of the eight interviews, distributed among four social workers and four psychologists. The main objective was to report the limits and possibilities of this interdisciplinary work through semi-structured interviews with professionals, so that the hypothesis was confirmed that the interdisciplinary social work and psychology is essential to meet the demands of the and guardianship and responsibility, qualifies attendances and not hurt the specifics of each profession.

**Keywords:** interdisciplinarity, social service in the judiciary, guardianship, families.

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 – Dados das assistentes sociais entrevistadas .....	44
Tabela 2 – Dados das psicólogas entrevistadas .....	44



## **Lista de abreviaturas e siglas**

Art. – artigo

CEP/IH - Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNS - Conselho Nacional de Saúde

COSE – Centro de Orientação Socioeducativa

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

SEPSI - Secretaria Psicossocial Judiciária

SERAF - Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família

SUAF - Subsecretaria Especializada em Violência e Família

SUAQ - Subsecretaria Especializada em Drogas e Perícias Judiciais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1 - Serviço Social no Judiciário: uma breve discussão sobre a interdisciplinaridade no fazer profissional do assistente social .....</b>	<b>17</b>
1.1 O serviço social no judiciário .....	19
1.2 A ação interdisciplinar do assistente social no âmbito do Poder Judiciário .....	24
<b>Capítulo 2 - Ações de Guarda e Responsabilidade: o trabalho do assistente social com famílias .....</b>	<b>32</b>
2.1 O trabalho do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do SERAF .....	39
<b>Capítulo 3 - O trabalho interdisciplinar no SERAF: os limites e possibilidades da prática profissional a partir dos relatos dos assistentes sociais e psicólogos .....</b>	<b>44</b>
3.1 Dados gerais dos entrevistados .....	44
3.2 O SERAF pelos profissionais – objetivos, atribuições institucionais e documentos normativos .....	47
3.3 A interdisciplinaridade e a prática profissional nas ações de Guarda e Responsabilidade no SERAF .....	52
<b>Considerações finais .....</b>	<b>67</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>69</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>76</b>

## **Introdução**

A presente pesquisa tem como tema o trabalho interdisciplinar do assistente social desenvolvido nas Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

O SERAF compõe a Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSI do TJDF. As Ações que podem ser encaminhadas ao SERAF são, em sua maioria, ações de guarda e responsabilidade; tutela; regulamentação de visitas; acordo de guarda; homologação de acordo e negatória de paternidade. O processo chega ao SERAF através de determinação do Juiz, podendo ou não conter sugestão do Ministério Público, depois de uma audiência, em que o magistrado já pode determinar alguma decisão provisoriamente. O objetivo principal do SERAF é assessorar os Juízes de Varas de Família, para que os mesmos tomem suas decisões com mais embasamento e conhecimento da realidade familiar.

A equipe profissional é composta de assistentes sociais e psicólogos, que realizam juntos o estudo psicossocial. O assessoramento acontece por meio da realização dos estudos, e tem por objetivo informar ao juiz as condições atuais da(s) criança(s) e adolescente(s), com quem está morando, quais os conflitos existentes, condições socioeconômicas de ambas as partes, dentre outros. O foco geral é esclarecer quem possui maiores condições tanto sociais, tanto psicológicas para obter a guarda, porém sem deixar de interromper os laços afetivos com a outra parte (pai, mãe, avós, tios ou terceiros que não obtiveram a guarda) através da regulamentação de visitas. Importante ressaltar que a decisão cabe somente ao magistrado, cabendo à equipe interdisciplinar assessorar e relatar no parecer suas sugestões.

Para a realização de estudos psicossociais, são efetuados atendimentos com a(s) criança(s) e/ou adolescente(s) e os núcleos familiares envolvidos na lide. Os atendimentos acontecem nos fóruns, em que as famílias são informadas por meio de telegramas e telefonemas para comparecerem ao serviço. Também são feitas visitas domiciliares preferencialmente na residência que se encontra a(s) criança(s) ou o(s) adolescente(s) em questão, a fim de captar melhor o contexto familiar em que se encontram; e visitas institucionais, como por exemplo, nos Conselhos Tutelares e escolas.

A pesquisa foi realizada no SERAF do Fórum de Taguatinga, que atende as Varas de Família de Taguatinga, Ceilândia, Gama, Brazlândia, Santa Maria e Samambaia, e o foco foi em torno apenas das Ações de Guarda e Responsabilidade, pois o SERAF atende outras

Ações judiciais, e a escolha por estas, deve-se ao fato destas comporem a da maioria dos estudos psicossociais atendidos pelos profissionais.

Constituíram perguntas motivadoras da pesquisa: Quais as fronteiras entre os saberes no trabalho interdisciplinar desenvolvido por psicólogos e assistentes sociais nas ações de guarda e responsabilidade do SERAF? Há dilemas na prática profissional do assistente social ao se adotar essa metodologia de trabalho? Quais as implicações do trabalho interdisciplinar desenvolvido no SERAF à materialização dos princípios contidos de Código de Ética Profissional dos assistentes sociais de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/93), bem como Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS?

A motivação e interesse pelo tema deve-se a experiência de estágio de aproximadamente um ano e meio, que proporcionou um conhecimento a respeito do campo sociocupacional do assistente social no judiciário, também gerou dúvidas e questionamentos no decorrer da prática de estágio. O trabalho interdisciplinar chamou atenção na trajetória de estágio, tanto no decorrer dos atendimentos, das visitas, da elaboração de pareceres, quanto nas palestras e cursos que eram oferecidos aos profissionais e que os estagiários eram bem recebidos e sempre participavam. Aos poucos, fui percebendo que, ao mesmo tempo em que compreendia a dinâmica de trabalho do serviço, ocorriam anseios de entender mais sobre a metodologia do serviço social em meio a este trabalho com a psicologia e as contribuições de ambos no cumprimento dos objetivos do SERAF.

Ressalta-se ainda que o tema das disputas de guarda e responsabilidade é pouco abordado no serviço social, pois os processos envolvem, em sua maioria, litígios em família, que a psicologia estuda com mais abrangência, devido às separações e divórcios que estão presentes na maioria dos processos de guarda, que remetem a terapia de casal e de família.

Nesse sentido, a relevância do tema consiste na necessidade de produzir mais na área acadêmica a respeito do trabalho do assistente social nas disputas de guarda e o trabalho interdisciplinar no judiciário, por ser um amplo campo de atuação do assistente social e de legitimação profissional. Além de contribuir com algumas reflexões para aperfeiçoar a ação do assistente social tanto no trabalho com famílias e nas ações interdisciplinares.

Assim, constitui objetivo geral da presente pesquisa relatar os limites e possibilidades do trabalho interdisciplinar do assistente social no SERAF. Para o alcance deste objetivo geral, propôs-se a responder aos seguintes objetivos específicos: a) apreender, a partir da análise da literatura e de documentos normativos do Serviço Social, o trabalho interdisciplinar

e a ação profissional do assistente social no judiciário; b) identificar as atribuições institucionais colocadas ao assistente social e comparar com as expectativas do próprio profissional, sobre o alcance dessas atribuições; c) relatar o que os assistentes sociais e psicólogos avaliam sobre o trabalho interdisciplinar e suas contribuições para resoluções de Ações de Guarda e Responsabilidade no âmbito do SERAF; d) relatar o que os assistentes sociais acreditam ser a especificidade de seu trabalho no âmbito do SERAF; e) relatar o que os psicólogos acreditam ser a especificidade do trabalho do assistente social no âmbito do SERAF.

De modo a nortear a presente pesquisa, adotou-se a hipótese de que o trabalho interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogos mostra-se fundamental para atender as demandas das Ações de Guarda e Responsabilidade, qualifica os atendimentos e não fere as especificidades de cada profissão. O trabalho interdisciplinar ainda contribui para que o assistente social atenda os princípios do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/93).

### **Procedimentos metodológicos**

Ao realizar uma pesquisa, deve-se pensar sobre o meio adequado para coletar dados e para responder aos objetivos e hipóteses. A metodologia consiste em definir o método de pesquisa, os cuidados éticos e delimitar quais serão os passos realizados durante os procedimentos de análise de dados e pesquisa documental e bibliográfica. Desta forma, a metodologia de pesquisa constitui-se como etapa fundamental para organização e planejamento das ideias e métodos.

Nessa direção, o primeiro passo realizado foi a pesquisa documental e bibliográfica, na biblioteca da Universidade de Brasília - UnB e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, e internet, abrangendo sites de periódicos, artigos científicos e bancos de teses, livros, site do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. A fim de aprofundar as reflexões e análises sobre questões essenciais para a compreensão da temática abordada no presente trabalho, foi realizada pesquisa sobre as temáticas de Ações de Guarda e Responsabilidade, relações familiares, serviço social no judiciário, interdisciplinaridade, e também, levantamento de normas e leis sobre Ações de Guarda e Responsabilidade, organização do TJDF, resoluções do CFESS sobre prática profissional do assistente social, e direitos sociais.

O estudo de caso foi considerado como adequado para a presente pesquisa, uma vez que há três unidades do SERAF no TJDFR e o projeto tem foco apenas nos profissionais do Fórum de Taguatinga. A ideia foi buscar então, uma unidade dentro do universo, no qual foi estudado de forma detalhada. Gil (1994) caracterizou o estudo de caso como o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, para permitir um conhecimento amplo e detalhado, possibilitando que, a análise de uma unidade de um universo possa permitir a compreensão da generalidade do mesmo. Ainda, segundo Gil (1994), o estudo de caso tem sua maior utilidade nas pesquisas exploratórias.

O método da pesquisa escolhido foi o qualitativo, pois permite descrever a complexidade do trabalho interdisciplinar no SERAF, analisando a interação das variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, e possibilitando mais profundamente o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos participantes da pesquisa (RICHARDSON, 1989). Assim, esse método se adequa aos objetivos gerais e específicos desta pesquisa, garantindo que se possa capturar melhor as características do trabalho interdisciplinar adotado no SERAF.

Em relação aos aspectos éticos e visando o cumprimento da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que trata de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, o projeto desta pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH. Destaca-se que para a submissão foram providenciados e elaborados uma série de documentos que visaram resguardar os processos éticos da pesquisa: carta de revisão ética, aceite institucional da SEPSI/TJDFR, carta de encaminhamento, o roteiro das entrevistas com assistentes sociais e psicólogos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O TCLE foi elaborado e assinado por todos os participantes da pesquisa no intuito de garantir o sigilo, anonimato e confidencialidade dos dados coletados, bem como o retorno dos resultados da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas no Fórum de Taguatinga, onde está localizado uma das unidades do SERAF. Os participantes foram assistentes sociais e psicólogos que trabalham no serviço, totalizando oito profissionais, e as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade desses, que ocorreram em três datas: 28 de janeiro, 06 de fevereiro e 08 de fevereiro de 2013.

Optou-se pela realização de entrevistas, pois a pesquisa com pessoas se mostra a melhor fonte adaptada às necessidades de informação do pesquisador, onde é possível saber

as informações necessárias diretamente com aqueles que vivenciam a realidade a ser estudada (LAVILLE E DIONNE, 1999). Desta forma, a entrevista foi a forma escolhida para realizar a pesquisa com pessoas, pois outras formas não se adequariam ao estudo.

Na época de elaboração do projeto de pesquisa, a equipe do SERAF era composta por dez profissionais, sendo quatro assistentes sociais e seis psicólogos. Entretanto, no momento de realização das entrevistas, a equipe contava com cinco assistentes sociais e cinco psicólogos. Então, foi mantido o recorte de entrevistados de oito profissionais ao total, já que o CEP/IH recebeu os documentos de realização da pesquisa com este número de entrevistados. Assim, foram entrevistados um número igual de assistentes sociais e de psicólogos, totalizando quatro de cada. A escolha dos quatro dentre cinco psicólogos ocorreu devido a um deles se encontrar de férias quando ocorreram as entrevistas, e entre os assistentes sociais, um dos cinco não tinha interesse em participar.

A aproximação com a equipe para as entrevistas foi tranquila. Foram esclarecidos antes da assinatura do TCLE o tema, os objetivos e a hipótese, e nenhum dos oito profissionais desistiu de participar ou mostrou-se resistente a responder alguma pergunta durante a entrevista. A interação entre os entrevistados e pesquisadora foi bastante dinâmica, principalmente devido ao período do estágio supervisionado.

Como os objetivos desse trabalho se baseiam no trabalho interdisciplinar, foi considerado importante conhecer tanto a expectativa do serviço social sobre seu trabalho, como a perspectiva da psicologia sobre o serviço social, de forma a captar melhor as informações com os principais envolvidos com o trabalho do assistente social no SERAF.

Para a coleta de dados, foi utilizado o questionário semi estruturado. Foi escolhida essa forma de coleta, devido ser uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano e o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e até se adaptar mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista (GIL, 1994). A entrevista parcialmente estruturada, segundo Laville e Dionne (1999) é a entrevista em que os temas são particularizados, com questões abertas, preparadas anteriormente, em que o entrevistador tem a liberdade de retirar perguntas, de alterar a ordem e ainda, acrescentar perguntas improvisadas.

A escolha da entrevista parcialmente estruturada também deve-se à minha experiência na graduação com trabalhos nos campos sociocupacionais do serviço social, onde a temática das entrevistas realizadas sempre exigia o acréscimo e a exclusão de perguntas, e também a

mudança da ordem, pois às vezes, o entrevistado acaba respondendo outras perguntas por meio de outras respostas, o que aconteceu durante as entrevistas.

Para uma melhor compreensão e análise dos dados, foi realizada a gravação das entrevistas, permitida por todos os participantes, garantindo assim um melhor aproveitamento das informações. Posteriormente, as entrevistas foram degavadas e analisadas tendo por parâmetro o método crítico dialético, pois acredita-se que esse método é capaz de captar e explicar as contradições da realidade social, do pensamento e das crises da vida socioeconômica, em termos das relações essenciais, particulares e contraditórias que geram, caso do processo de trabalho interdisciplinar do assistente social no judiciário, em Ações de Guarda e Responsabilidade.

Ainda sobre o método crítico dialético, esse foi escolhido para este trabalho devido a sua capacidade de perceber as relações sociais pela perspectiva da historicidade e suas relações contraditórias, o que foi considerado como importante para alcançar a realidade das famílias atendidas pelo SERAF. Também foram utilizadas para análise e compreensão dos dados obtidos, o referencial teórico exposto nos capítulos 1 e 2 do presente trabalho.

Assim, o capítulo 1 aborda o serviço social, trabalho interdisciplinar do assistente social no poder judiciário e no SERAF, além de uma breve discussão a respeito das práticas terapêuticas no serviço social. O capítulo 2 envolve as Ações de Guarda e Responsabilidade, famílias e o trabalho do assistente social com essas e o trabalho interdisciplinar do SERAF nas disputas de guarda. O terceiro e último capítulo traz a análise dos dados das entrevistas realizadas no SERAF.



## **CAPÍTULO 1**

### **Serviço Social no Judiciário: uma breve discussão sobre a interdisciplinaridade no fazer profissional do assistente social**

O Título I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, intitulado como “Dos Princípios Fundamentais”, em seu artigo 2º diz: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (BRASIL, 1988). Essa é a forma de organização das funções no Estado brasileiro, que possui sua base no princípio da separação dos poderes. Couceiro (2011) afirma que esse princípio é utilizado na maioria das democracias ocidentais, apresentando os autores clássicos que influenciaram a adoção desse modelo tripartite. Primeiramente, o autor destaca Aristóteles, que em sua obra “A Política”, realizou um esboço sobre a existência de três órgãos separados que decidiam as questões do Estado: o deliberativo, o executivo e o judiciário. Já a teoria de John Locke, separou os poderes em legislativo, executivo e federativo. Para Locke, o poder legislativo era soberano em relação aos outros poderes, como forma de preservar a sociedade política. (Peixinho, 2008).

Entretanto, o modelo de Montesquieu é visto pelos doutrinadores como a consagração da tripartição dos poderes, por conta da ênfase que o autor destinou ao poder judiciário. Segundo Couceiro (2011), foi na obra “Espírito das Leis” que Montesquieu abordou o poder judiciário como o que permite julgar e punir crimes; o poder legislativo como responsável por criar e revogar as leis; e por último o executivo, como o que estabelece a segurança, e deve ser exercido por um monarca, ou seja, o chefe de Estado.

O que também marcou a teoria de Montesquieu e o fez ser referência no princípio da separação dos poderes até os dias atuais foi o sistema de freios e contrapesos, que prevê o equilíbrio entre os poderes por meio da interferência de um poder no outro, como forma de fiscalização. Esse sistema permite um poder ter controle sobre o outro, de forma a impedir abusos e assim, cria uma moderação nas decisões do Estado, estabelecendo uma harmonia (Grohmann, 2001). Portanto, Montesquieu foi o precursor da divisão dos poderes de forma a evitar que um poder se sobressaia ao outro.

O objetivo da separação dos poderes pode ser concluído com o que Conselvan (2010) afirmou sobre a descentralização do poder, como forma de proteger a liberdade e os direitos das pessoas, sendo delegadas funções a diferentes órgãos, para evitar a concentração de poder e também um governo ditatorial.

No Brasil, já foram promulgadas sete constituições e desde a primeira delas, em 1824, já havia divisão dos poderes, mas não como acontece atualmente. Na primeira, a separação acontecia em quatro poderes: o poder legislativo, o poder moderador, o poder executivo e o poder judicial. E é claro que as diferenças em relação ao modelo mais atual se devem às mudanças na forma de governo, que antes era monarquia e atualmente é uma República. O poder Moderador foi extinto na segunda Constituição Brasileira, promulgada em 1891, onde a separação dos poderes segue o modelo encontrado na Constituição em vigor atualmente: executivo, legislativo e judiciário.

Com foco no poder judiciário, observa-se o que Sá (p.3, 2011) diz sobre o acesso a justiça, que remete ao conceito de acesso ao Poder Judiciário, “ou seja, acesso à tutela jurisdicional do Estado para pleitear a proteção de direitos”. O Poder Judiciário se concretiza

“numa das instituições básicas do Estado constitucional moderno em cujo âmbito exerce uma função instrumental (dirimir conflitos), uma função política (promover o controle social) e uma função simbólica (promover a socialização das expectativas à interpretação das normas legais)”. (FARIA apud POÇAY e ALAPANIAN, 2006.).

Portanto, o judiciário é responsável por garantir a execução e fiscalização das leis do país, mas não por criá-las. Assim, dentre os três poderes do Estado Brasileiro, de acordo com Machado (2000), o Poder Judiciário é aquele responsável por fiscalizar o cumprimento das leis do país, procurando garantir a “justiça”, e por vezes, é chamado dessa forma. É a este poder que os cidadãos recorrem quando acontecem conflitos, quando desejam garantir seus direitos, quando necessitam da decisão de um juiz para que algo seja oficializado, dentre outros interesses. Possui como estrutura física os seus Tribunais organizados de forma federal e regionalizados, onde cada estado brasileiro possui autonomia para formar e estabelecer sua organização, e o Distrito Federal, que conforme o Art. 22 da Constituição Federal de 1988 tem sua organização judiciária como competência da União.

O judiciário brasileiro não tem como única meta limitar o poder absoluto e assegurar direitos, pois de acordo com Sadek (2004), após a democratização no país, onde os direitos sociais foram enfatizados, as metas passaram a ser também, a realização da justiça social e a promoção de direitos, com a igualdade social, econômica e cultural. Os direitos sociais são chamados de direitos de segunda geração, e de acordo com Couto (2008), se materializam através da intervenção do Estado, que tem o dever de provê-los, e ganharam evidência no século XX com o enfrentamento das desigualdades sociais.

“O Estado social vai ser criado quando da necessidade de responder diretamente às necessidades substanciais das classes trabalhadoras, [...], surgindo, assim, as bases concretas para a formulação dos direitos sociais.” (COUTO, p.59-60, 2008).

Sadek (2004) fala das reformas e mudanças no judiciário, abordando uma crise que estaria em vigor nos anos atuais. Ela afirma que as mudanças que ocorreram, tais como um maior alcance e complexidade dos direitos sociais garantidos, bem como a capacidade do judiciário de exercer o controle constitucional das leis e normas, resultaram em uma expansão das áreas de atuação do poder judiciário e de sua atuação pública, não considerando o aumento nas suas estruturas físicas, como a criação de novos fóruns, mas levando em consideração que sua capacidade em atender suas demandas aumentou no sentido do poder judiciário ter ganhado prerrogativas para aumentar suas áreas de intervenção. Na Constituição de 1988, encontra-se um capítulo direcionado aos direitos sociais, que se resumem em direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, além de trazer os direitos trabalhistas e de associação sindical.

Desta forma, o judiciário é uma das portas de acesso à garantia de direitos, onde o juiz é o responsável pela aplicação da lei e pela decisão judicial. De modo a dar maior e melhor atenção às demandas, houve um processo de qualificação do judiciário a partir da inserção de outras especificidades profissionais. É necessário observar a realidade da justiça com cautela, e percebeu-se que a instituição não caminha sem a atuação de outros profissionais que também são qualificados para contribuir para o acesso da população aos direitos, especializados em outras áreas, como serviço social, psicologia, medicina, engenharia, ciência contábil, etc, além do suporte essencial destes aos juízes, escrivãos, oficiais de justiça etc. Assim, a necessidade da contratação de outros profissionais foi observada pelo Estado, como forma de operacionalizar e qualificar o atendimento às demandas que lhes são incumbidas.

Com relação às demandas sociais, o Judiciário buscou a inserção do serviço social, da psicologia, da sociologia, da medicina psiquiátrica, entre outras, entretanto, são essas as especificidades que possuem destaque.

### **1.1) O serviço social no judiciário**

Com foco no serviço social, Pocay e Alapanian (2006) afirmam que os assistentes sociais ocuparam cada vez mais espaços nos Tribunais, pois possuem um saber específico sobre as demandas das relações sociais, familiares e problemas sociais enfrentados nas ações

que chegam ao judiciário. De acordo com as autoras, a formação generalista do serviço social abriu um espaço privilegiado de ação, principalmente da Justiça de Menores<sup>1</sup>.

Fávero (2005) classificou o serviço social como uma profissão privilegiada no auxílio às práticas judiciais e como um elemento neutro frente à ação judicial, com o objetivo de "trazer subsídios, conhecimentos que sirvam de provas, de razões para determinados atos ou decisões a serem tomadas" (FÁVERO, p.28, 2005). Entretanto, a autora esclarece que a neutralidade do assistente social consiste apenas em relação ao processo judicial no sentido estrito, e não ao seu estudo e pesquisa, que são dependentes de sua consciência, visão de mundo, modo de pensar, agir e como o profissional se identifica com os acontecimentos que encontra nas demandas judiciais, direcionando seu parecer de acordo com os critérios que utiliza. Ainda segundo a autora, o assistente social foi solicitado em ações judiciais de controle de problemas sociais que se agravaram com o processo de industrialização, principalmente com leis que se referem a crianças e adolescentes.

O magistrado deve ter a legislação com uma função norteadora em sua prática, sendo esta colocada como expressão da verdade, o que acaba por permitir em alguns casos, uma desconsideração das contradições e da historicidade dos cidadãos que buscam o poder judiciário, ocasionando, por vezes, individualização e moralização dos conflitos e problemas (Fávero, 2005). Assim, o juiz, por lidar com prazos judiciais que muitas vezes são bastante curtos, tem de cumprir a lei rigorosamente, o que termina abordando com rapidez e objetividade, questões que deveriam ter mais atenção por serem permeadas de conflitos, sofrimento, direitos violados, e outras questões sociais, emocionais, psicológicas, socioeconômicas e até culturais. A subjetividade dos indivíduos que chegam à justiça para a resolução das mais variadas demandas não é tratada pelos profissionais do direito, na maioria dos casos, por meio de uma visão totalizante da realidade.

Fávero, Melão e Jorge (2011) afirma que o serviço social se inseriu no campo do Poder Judiciário por volta de 1948, trazendo uma nova dimensão a este espaço sócio ocupacional, embora prejudicado pela alta demanda dos processos, falta de recursos humanos e infraestrutura, muitas vezes realizando ações isoladas e emergenciais. As autoras destacam o agravamento das questões sociais que obrigaram a magistratura brasileira a pensar sobre suas funções sociais, com destaque para as áreas de infância, juventude, família e criminais.

---

<sup>1</sup> Até a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, o termo Justiça de Menores era denominado como a área do Tribunal de Justiça que tratava dos assuntos referentes à infância e juventude (Pocay e Alapanian, 2006).

Ainda sobre o histórico na inserção da profissão no poder judiciário, de acordo com Pocay e Alapanian (2006), um grande marco foi o texto contido no Decreto 17.943, que instituiu o primeiro Código de Menores, que foi consolidado em 1927 e vigorou até 1979, onde foi observada uma preocupação com a proteção da criança e adolescente, embora os termos para falar desses fossem “menores”, “delinquentes” e “abandonados”. As autoras também citam que na Constituição de 1937, o Estado assumiu seu dever de preservação física e moral da infância e juventude, e fazendo correlação com o serviço social, citam a criação da Primeira Escola de Serviço Social, em 1936, na cidade de São Paulo, fato que explica as primeiras aproximações entre os assistentes sociais e o Juizado de Menores de São Paulo.

Barison (p.50, 2008), ao falar do trabalho do assistente social no poder judiciário, afirma que o assistente social é requisitado “para intervir no processo de produção e reprodução das relações sociais, seja no nível da reprodução material ou no nível da reprodução subjetiva dos sujeitos que compõem as classes sociais” e esta demanda é construída historicamente para o serviço social. Desta forma, autora destaca que, ao ser chamado para tal intervenção, já se pressupõe que o profissional tenha capacidade de analisar o conjunto de relações sociais que irá intervir, e é nessa capacidade que se encontra a dimensão investigativa do assistente social, que necessita construir mediações para desvendar a realidade que o cerca.

O serviço social como profissão interventiva e investigativa, conforme Fraga (2010) busca um olhar de compreensão dos fenômenos sociais a partir da realidade como um todo, de forma a desvendar a realidade social dos sujeitos e suas condições de vida, observando os aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais, vontades, necessidades e demandas. Assim, o profissional busca intervir a partir do desvendamento e problematização da realidade real, e esta forma de atuação foi reconhecida pelo Poder Judiciário como fundamental para subsidiar as decisões dos juízes.

O serviço social no judiciário brasileiro é encontrado nas Varas Criminais, de Execuções Penais, de Família, da Infância e Juventude e nas Seções Especializadas, entre outros órgãos internos dos Tribunais. Alapanian, Sacramento e Santos (2006) afirmam que a profissão foi historicamente inserida nesses espaços institucionais e é formuladora de ações, respondendo a uma necessidade de aplicação da lei. As autoras citam o que Fávero (2003) conceituou como o campo sociojurídico no serviço social:

“Campo (ou sistema) sócio-jurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento como abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros. O tema

sócio-jurídico, enquanto síntese destas áreas, tem sido disseminado no meio profissional do Serviço Social [...] (ALAPANIAN, SACRAMENTO & SANTOS apud FÁVERO: 2003, p. 10)”.

Desta forma, o trabalho do assistente social se materializou no Poder Judiciário através de alguns instrumentais legitimados pela profissão não apenas neste campo socio-ocupacional. Estudo social, parecer, visitas domiciliares, laudo social, entrevistas, são os meios de intervenção profissional que se adequaram às necessidades do poder judiciário. Bessa (2009) diz que o principal papel do assistente social judicial é realizar perícia social, que é colocada no papel para o juiz por meio de pareceres e laudos sociais, nos quais, previamente, é realizado o estudo social com os instrumentos individuais da entrevista, visita domiciliar e institucional.

Fávero (2008) diz que os instrumentais do estudo social, perícia social, laudo social e parecer social são metodologias exclusivas e específicas do assistente social, nas quais a profissão possui competência para dar visibilidade às dinâmicas dos processos sociais que constituem a realidade dos sujeitos e usuários do serviço social e “é o assistente social que pode trazer à tona a dimensão de totalidade do sujeito social (ou sujeitos) que, juridicamente, se torna “objeto” da ação judicial” (p.41, 2008).

Desta forma, de modo geral, os assistentes sociais realizam assessoramento aos magistrados dos tribunais brasileiros. Fávero (2008) destaca o estudo social como instrumento fundamental do trabalho do assistente social no poder judiciário, em especial na Justiça da Infância e Juventude, justiça de família, justiça criminal e ações judiciais relacionadas à seguridade social. Outra visão que a autora traz é a do assistente social como perito, realizando a perícia social, que é requisitada quando a situação exige um parecer técnico que possa contribuir para a decisão do juiz. Geralmente, na perícia, o juiz solicita que o perito assistente social responda a quesitos formulados pelas partes interessadas no processo, advogados, defensores públicos, onde o profissional deve agir de acordo com as prerrogativas e princípios da profissão para responder. O parecer social “diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do serviço social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas.” (p.47, 2008) Na instituição judiciária, o parecer aparece como parte final ou conclusão de um laudo social, trazendo a resposta da determinação da autoridade judiciária.

Em termos jurídicos, o serviço social é requisitado para a fase do processo judicial denominada instrução processual, no qual o assistente social contribui com a instrução social. Fávero (2009) diz que é por meio deste que o serviço social mostra seus conhecimentos que

ficam registrados em um informe, um laudo, um parecer e servem para integrar o processo, subsidiando a decisão do magistrado. Assim, o assistente social, profissional que trabalha tendo como um dos seus princípios profissionais a defesa intransigente dos direitos humanos, amparado ao seu Código de Ética do Assistente Social, se adaptou as transformações judiciais e mostra-se imprescindível para trabalhar com as demandas referentes aos direitos sociais.

Fuziwara (2006) diz que o assistente social no poder judiciário tem uma “autonomia relativa, uma vez que não tem controle sobre as condições objetivas para a realização de suas atribuições” (p.35, 2006), e no campo sociojurídico, este profissional trabalha com determinação judicial, e na maioria dos casos, é um trabalho de assessoramento aos magistrados, em que estes possuem o controle final sobre as sugestões dos assistentes sociais. Desta forma, o assistente social relata sua sugestão e o juiz profere uma decisão final, acatando ou não o parecer do assistente social. Segundo Fávero, Melão e Jorge (2011), isto acaba gerando uma dificuldade em estabelecer uma identidade profissional autônoma na instituição, pelo fato do serviço social e da psicologia ocuparem um espaço de trabalho subordinado e complementar do juiz no Judiciário.

De acordo com Pocay e Alapanian (2006), o serviço social foi se adaptando às demandas do Poder Judiciário, para dar respostas às necessidades da instituição, tornando-se indispensável para a interpretação e análise das situações apresentadas pelos usuários, nas quais o profissional a decodifica para o juiz e para a instituição. Porém, em cada estado brasileiro, o serviço social foi organizado de forma diferente, no que se refere à distribuição das funções nos Tribunais e no caráter administrativo, embora as demandas quase sempre sejam as mesmas, como por exemplo, as Ações de Guarda e Responsabilidade tem como referência serem assessoradas por assistentes sociais em todo o país. Portanto, a Constituição Federal de 1988 prevê autonomia de cada estado para organizar o seu Poder Judiciário, ou seja, um serviço prestado em determinada justiça estadual pode não acontecer da mesma forma em outra.

O Distrito Federal contém uma estrutura judiciária que se baseou, primeiramente, da Lei 3.754 de 14 de abril de 2008, a qual dispôs sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal, que atualmente é regida pela Lei 11.697 de 13 de junho de 2008. Essa lei diz que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF é composto por Tribunal de Justiça; Conselho Especial; Conselho da Magistratura; Tribunais do Júri; Juízes de Direito; Juízes de Direito Substitutos; e Auditoria e Conselho de Justiça Militar. É composto por 40 desembargadores.

O livro institucional “TJDFT: história e trajetória” traz um histórico que vem desde a época do descobrimento do Brasil, e afirmando que alguns historiadores o colocam como o Tribunal mais antigo da história<sup>2</sup>. No que se refere ao trabalho do assistente social, o destaque vai para as Varas da Infância e da Juventude, Justiça Comunitária e a Secretaria Psicossocial Judiciária - SEPSI. Esta última era intitulada como Serviço Psicossocial Forense até 2007, quando a portaria 272/2007 do TJDFT trouxe nova nomenclatura e também nova descentralização dentro desta. Sua missão é “assessorar a prestação jurisdicional no âmbito da competência da Justiça do Distrito Federal, por meio de ações biopsicossociais, com vistas a favorecer decisões judiciais que garantam justiça e cidadania”, conforme o livro institucional Práticas Psicossociais no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

A SEPSI teve a nomenclatura de suas subsecretarias alterada no ano de 2012. A resolução nº 6 de 17 de abril de 2012 do TJDFT, que dispõe sobre a estrutura organizacional da instituição, vem com os atuais nomes das duas subsecretarias da SEPSI: SUAF - Subsecretaria Especializada em Violência e Família e a SUAQ - Subsecretaria Especializada em Drogas e Perícias Judiciais. A primeira tem como um dos seus serviços, Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família –SERAF, que anteriormente, era chamado de Serviço de Atendimento a Famílias com Ações Cíveis. Importante ressaltar que, a alteração ocorreu somente na nomenclatura, a metodologia e o que os profissionais realizam não tiveram mudanças.

Em 1986, começou no TJDFT, o assessoramento aos juízes das Varas de Família do Distrito Federal, que hoje é exercido pelo SERAF. O trabalho era realizado por iniciativa de um pequeno grupo de profissionais que trabalhavam na 3ª Vara de Família de Brasília e na Vara de Execuções Criminais, que foi se aperfeiçoando e crescendo na instituição, e conforme o livro já citado, acontecia por meio de pareceres psicossociais, que passou por importantes mudanças teóricas, metodológicas e de objetivos desde sua criação. Sobre as Ações de Guarda e Responsabilidade, ver o Capítulo 2.

## **1.2) A ação interdisciplinar do assistente social no âmbito do Poder Judiciário.**

Como já exposto, o Poder Judiciário requisita profissionais para complementar as práticas judiciais. Mas, além disto, os profissionais são chamados a trabalhar

---

<sup>2</sup> A cidade de Salvador (BA) foi escolhida como a primeira a ter um Tribunal no Brasil. Como houve a transferência da capital para Brasília, alguns historiadores consideram que o atual TJDFT é uma continuação do primeiro Tribunal de Justiça do Distrito Federal.



conjuntamente, realizando trabalhos interdisciplinares. Observa-se que o serviço social é requisitado, como também a psicologia, a sociologia, a psiquiatria, a estatística, dentre outros, para trabalharem com os profissionais do direito. Então, é destaque no âmbito do poder judiciário a atuação profissional do assistente social de forma interdisciplinar, nos mais variados locais, como Varas da Infância e Juventude, Criminal, Família e Cível.

Entretanto, a conceituação do termo interdisciplinar é necessária para entender a dinâmica desse tipo de trabalho. Grande parte dos autores que abordam a interdisciplinaridade de forma mais geral, afirmam que o termo é muito amplo. Minayo (1994) afirma que a interdisciplinaridade é um termo constantemente utilizado de maneira confusa, concluindo que é uma tarefa praticamente impossível a de chegar a um consenso, a um conceito padrão. Já Pombo (2005) sugeriu que, para se desvincular da banalização da palavra interdisciplinaridade, pode-se buscar alternativas, como integração dos saberes e circuitos, ressaltando que o termo interdisciplinaridade vem do sufixo *inter*, onde as disciplinas se comunicam umas com as outras, e, além disso, confrontam e discutem as suas perspectivas, estabelecendo uma interação mais ou menos forte entre si, porém, a autora ressalta que mesmo assim, não é possível ter um decisão precisa.

Conforme Fraga (2010) há dificuldade em entender o que realmente significa a interdisciplinaridade, ocorrendo confusão até com a ideia de globalização de atividades, onde um profissional realizaria tudo sozinho. Para a autora, interdisciplinaridade é justamente o contrário, onde a união entre as áreas do saber seja realizada de forma conjunta pelos profissionais e que não haja hierarquia entre as especificidades. “A interdisciplinaridade precisa ser pensada como uma necessidade de interação e busca dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento” (FERREIRA apud FRAGA) (2010).

Carvalho (2012) observou a interdisciplinaridade como um amadurecimento entre as áreas do saber, ao perceberem que cada uma traz uma incompletude natural, necessitando da outra. Assim, destaca também, para que a interdisciplinaridade possa ser bem executada, os profissionais precisam ter consciência de que não estão isolados de outras profissões, ou seja, precisam dessa interação, e que precisam definir e serem competentes em seu campo de ação, ter “o conhecimento e domínio das possibilidades e limites da própria profissão tornam-se indispensáveis para que haja interação com as demais profissões”. (p. 2, 2012)

Na área do Serviço Social, Rodrigues (2006) em sua pesquisa sobre intervenção profissional e interfaces entre assistentes sociais e operadores de direito nos Núcleos de Prática Jurídica, pensou a interdisciplinaridade enquanto processo entre disciplinas e campos

de conhecimento, com uma relação de integração mútua, capaz de romper as estruturas de cada uma delas para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhando em parceria, mas preservando a especificidade de cada uma (SIQUEIRA E PEREIRA apud RODRIGUES, 2006). Este conceito parece sintetizar a especificidade do trabalho interdisciplinar no SERAF e será usado como um referencial nesta pesquisa.

Fraga (2010) diz que a interdisciplinaridade é uma tendência que vem sendo discutida como uma alternativa, uma possibilidade em várias áreas do saber, não somente no serviço social. Ela diz que os profissionais estão criando uma conscientização de que o trabalho realizado de modo isolado compromete as intervenções. No serviço social, a autora afirma que não é diferente, entretanto, “o que talvez precise mudar é o despertar generalizado dos profissionais no sentido de envidar esforços para que seja construída uma trajetória de trabalho conjunta, cada área oferecendo a sua contribuição e especificidade” (p. 57, 2010).

O trabalho entre os assistentes sociais e outros profissionais nos tribunais e outros locais de garantia de direitos e efetivação da lei, como Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, Serviços Psicossociais, mostra o quão necessária e importante é a interação de diversos saberes de diferentes áreas de formação, em um contexto nas quais as situações a serem enfrentadas são intrincadas, complexas, multifacetadas e em constante transformação e são necessárias ações contextualizadas e contribuições coletivas, com uma construção integrada de conhecimentos para a compreensão do fenômeno e conseqüentemente, dar respostas efetivas e não apenas ações pontuais e fragmentadas, resultado da atuação de profissionais com diferentes formações com envolvimento individualizado, que não conseguem de fato responder ao fenômeno apresentado.

No serviço social, Fraga (2010) afirma que a interdisciplinaridade pode ser viabilizada já nos cursos de graduação, na medida em que:

- a) há uma profunda articulação do conhecimento advindo de uma formação que se pretende generalista, voltado para a busca da unidade;
- b) o campo de atuação do Serviço Social é múltiplo e amplo, o que o torna particularmente complexo e promissor na interação, troca e parceria na intervenção profissional;
- c) o projeto profissional da categoria prima por princípios profissionais que enaltecem a liberdade, a defesa dos direitos humanos, a luta pela ampliação e consolidação da cidadania, a defesa da democracia, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, a garantia do pluralismo, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com o aprimoramento intelectual. Tais princípios só se concretizam pela necessária articulação com outras categorias profissionais na luta pela equidade e justiça social que possibilitam o brilho coletivo.” (FRAGA, p.58, 2010).

Soma-se a isso, o fato de que, na formação do assistente social, tem-se acesso a disciplinas de vários campos, como sociologia, antropologia, filosofia, direito, ciência

política, história, economia, psicologia, dentre outras, proporcionando um amplo leque de conhecimento que traz uma facilidade de diálogo com outras profissões. Ou seja, a formação em serviço social propicia um contato com outras áreas do saber que prepara um assistente social para a convivência com outras áreas de conhecimento.

Pode-se inferir então, que a profissão pode contribuir em diversos espaços profissionais que exigem equipe interdisciplinar, por ter uma formação que abrange várias áreas do conhecimento, na qual a leitura dialética da realidade permite uma análise da correlação de poderes que existe nos mais variados campos sócio-ocupacionais, tendo o trabalho interdisciplinar como importante ferramenta para a visão da totalidade.

Dentre as áreas de trabalho interdisciplinar, destaca-se a prática psicossocial no poder judiciário, integrada por assistentes sociais e psicólogos, quando realizam um trabalho conjunto, e geralmente, adotam os mesmos instrumentos metodológicos<sup>3</sup>, de forma que os procedimentos são realizados com participação mútua e com peso igual, na maioria dos serviços psicossociais do judiciário. Assim, assistentes sociais e psicólogos lidam com o mesmo usuário e mesmas demandas, porém, cada um com suas contribuições, o que gera, segundo Fávero, Melão e Jorge (2011) certa indiferenciação entre objetivos, atividades e instrumentais, que pode estar relacionado, provavelmente, com a ausência de uma ação organizada, integrada e centralizada em nível de coordenação. Pode-se perceber que a interdisciplinaridade torna a ação entre assistentes sociais e psicólogos bastante interligada, o que pode apontar ao fato que foi nomeada de psicossocial, por ser dotada de instrumentais comuns e mesmo público alvo, mas que poderia deixar mais definida quais são as atribuições específicas de cada um por meio ações de coordenação, evitando a indiferenciação citada acima.

Rodrigues (2006) diz que a metodologia do interdisciplinar seria a comunicação entre os saberes através de reflexão e ação conjugada. Pode-se concluir que isto é fundamental para uma ação verdadeiramente interdisciplinar, nas quais as especificidades profissionais não apenas se juntem para realizar um trabalho, mas sim, pensem juntas, troquem saberes e construam um produto final conjuntamente.

“A intervenção profissional no campo sociojurídico ocorre em instâncias diversas e por meio de ações planejadas e instrumentais técnicos utilizados historicamente pelo

---

<sup>3</sup> No SERAF-TJDFT, tem-se a experiência em que assistentes sociais e psicólogos utilizam a mesmos instrumentos metodológicos: pareceres, entrevistas, atendimentos, visitas, contatos com a rede, tudo pode ser realizado por ambas as especificidades profissionais. Inclusive, o trabalho é construído conjuntamente, no qual o parecer é escrito por ambos e a sugestão apresentada ao magistrado é somente uma, formando um parecer psicossocial.

Serviço Social, destaca-se como um processo dinâmico, com tentativas de democratização e abertura para a atuação interdisciplinar. As contradições da sociedade são desveladas à medida que adensam os conflitos que refluem para a instância jurídica como local de dirimir as seqüelas da questão social (RODRIGUES, p.59, 2006)”.

Retomando ao SERAF, os profissionais recebem atribuições e determinações dos juízes em nome do Serviço, da equipe, e não do profissional assistente social ou psicólogo. Isto mostra que o juiz não apresenta em sua determinação o pedido de ter a sugestão de apenas um dos profissionais, mas um anseio que o parecer contenha o resultado de um estudo psicossocial, de uma visão conjunta das especificidades profissionais em que o tribunal confia como preparadas para trabalhar e auxiliar as práticas judiciais.

Tal entendimento sobre a interdisciplinaridade tem suscitado recentemente a discussão a respeito das práticas terapêuticas no âmbito do serviço social, uma vez que, o assistente social, articulado com a psicologia, poderia vir a praticar ações caracterizadas como terapêuticas. A fim de responder tal fenômeno, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS publicou a Resolução 569/2010, vedando a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, entretanto, a resolução criou várias discussões e deixou dúvidas se até mesmo no trabalho com grupos, já legitimado pelos assistentes sociais, haveria atividade de cunho terapêutico. A resolução diz que:

“Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social.

Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias:

- a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas;
- b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.

Art. 3º. Fica vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução;” (CFESS, 2010).

O CFESS também elaborou uma resolução referente à emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, a Resolução 557/2009. Esta diz que é privativo do assistente social a emissão de tais documentos com opinião técnica sobre matéria do serviço social. Para esta pesquisa, destaca-se os seguintes artigos:

“Art. 4º. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.

Parágrafo segundo - O assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

Parágrafo terceiro - No atendimento multiprofissional a avaliação e discussão da situação poderá ser multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas.” (CFESS, 2009).

Desta forma, pode-se concluir que o CFESS, na Resolução 557/2009, dá destaque ao fato que, a opinião do assistente social, mesmo nos casos em que o atendimento tenha sido em conjunto, deverá estar em uma parte específica a conclusão ao assistente social. Em seu artigo 3º, a resolução mostra que o assistente social deve incentivar a prática interdisciplinar, e sempre que possível, integrar tais equipes, mas respeitando as especificidades de cada profissão e principalmente, as atribuições privativas. A Resolução 569/2010 também reforça a importância da interdisciplinaridade, ao afirmar que o assistente social em seu trabalho com equipe interdisciplinar ou multidisciplinar deve fixar-se nas suas competências e atribuições privativas da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão. No SERAF, o parecer é escrito por ambos profissionais, quando o estudo é realizado por uma dupla, e no caso de dupla interdisciplinar, não há espaço para conclusões separadas das especificidades, ou seja, o parecer é conjunto, não estando de acordo com o que diz a Resolução 557/2009.

Esta última resolução tem sido alvo de várias críticas. Por exemplo, Faleiros acredita que o CFESS, ao proibir as “práticas terapêuticas” sem delimitar o que são, parece voltar ao funcionalismo, sem pensar o indivíduo com suas necessidades e sonhos, não permitindo ao assistente social intervir na subjetividade, considerando-a área apenas dos psicólogos. Faleiros (2009) acredita que a negação das práticas terapêuticas parece estar articulada ao pressuposto reducionista de um funcionalismo estrutural que nega o sujeito como conjunto de relações, sujeito que tem sofrimento e sonho como sujeito de relações.

Em um documento encontrado no *site* do CFESS, intitulado como “Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas”, publicado em 2010, o órgão expõe elementos que são considerados importantes para entender a resolução 569/2010. A discussão começou em 1996 e o histórico apresentado no documento mostra que o debate não ocorreu de forma incipiente, “foi longo, democrático e intenso, fazendo com que a resolução ora publicada resulte de reflexões acumuladas e realizadas pela categoria, no âmbito do exercício e da formação profissional” (CFESS, 2010). Encontros Nacionais marcaram essa discussão durante 14 anos até a decisão de criar a resolução. E o CFESS admite que nem sempre

encontrou-se consenso, por conta da polêmica que envolve a questão, mas foram discutidas de forma respeitosa as ideias divergentes.

O CFESS pontua também a questão das especializações, mestrado e doutorado feitos por assistentes sociais, que “não fará dele um profissional de outra área (mesmo que realize um curso de pós-graduação em psicologia, o/a profissional continuará sendo assistente social, submetido às competências e atribuições de sua profissão, a menos que deixe de atuar como assistente social)” (CFESS, 2010). E também no caso inverso, um mestrado, por exemplo, em alguma área do serviço social, realizado por um sociólogo, não irá caracterizá-lo como assistente social, e a ele é vedado exercer qualquer tipo de competência exclusiva dos assistentes sociais. Para o CFESS, quando um assistente social realiza algum tipo de especialização na área da psicologia e sua atuação muda, de forma a ferir o Código de Ética das duas especificidades, essa conduta abre possibilidades de denúncia ética.

O CFESS (2010) diz que, em seu entendimento, não são aceitos os argumentos que defendem as práticas terapêuticas no serviço social como algo que sempre fez parte da profissão, sendo técnicas ou instrumentais, devendo ser reconhecidas como capacidades profissionais. Ressalta ainda, por mais que o princípio da profissão foi repleto de ações com teor psicologizante, os assistentes sociais lutaram através de movimentos de reconceituação da profissão para se afastar dessa vertente e que terapias não aparecem como teoria contemporânea da profissão. Além de afirmar que a resolução não está cerceando o direito de realização de terapias, a resolução apenas explicita que não são atribuição e competência do assistente social realiza-las, e que realizar terapias, é necessário conhecimento especializado e qualificação, e o serviço social não possui em sua formação básica tais conhecimentos.

Sobre o trabalho com famílias, grupos e indivíduos, o documento do CFESS diz que essa prática sempre foi uma abordagem da profissão, sendo fundamentais para o fortalecimento dos sujeitos que são usuários do serviço social. Assim,

“a aprovação desta Resolução não vislumbra e nem reforça nenhuma perspectiva de pensar as relações sociais de modo determinista ou estruturalista, sem reconhecimento da individualidade, da personalidade e da subjetividade”. (CFESS, p. 9, 2010)

Essa discussão sobre as práticas terapêuticas se aproxima da que se refere ao serviço social clínico, que Oliveira, Santos, Silva e Benedito (2012) abordam. As autoras fazem uma crítica ao uso desse tipo de ação pelo assistente social, no sentido que fere a efetivação do projeto ético político do serviço social, pois passam a desconsiderar a perspectiva da totalidade, olhando a situação por uma perspectiva do “problema” individual.

Tendo como foco a relação entre o trabalho interdisciplinar do assistente social no SERAF - TJDFT, a pesquisa pretende relatar os limites e possibilidades desse modo de atuação profissional no judiciário, no intuito de contribuir na reflexão da atuação do serviço social nas Ações de Guarda e Responsabilidade, de modo específico, e do serviço social no judiciário, de modo geral. Assim, as temáticas expostas nesse primeiro capítulo são a base da análise de dados a ser realizar no capítulo 3, que pretende captar dos profissionais suas percepções sobre a ação interdisciplinar e se esta é considerada pelo assistente social como prática terapêutica, devido ao trabalho com os psicólogos, ou é considerada como meio de atingir seus objetivos no SERAF.

## **CAPÍTULO 2)**

### **Ações de Guarda e Responsabilidade: o trabalho do assistente social com famílias**

O foco deste capítulo é a discussão sobre famílias e o trabalho do serviço social com estas, especificamente nas ações judiciais de Guarda e Responsabilidade. Tal discussão faz-se necessária para esta pesquisa, já que são abordadas questões que envolvem as atribuições colocadas aos profissionais em relação ao apoio especializado de assistentes sociais e psicólogos judiciários nas disputas de guarda.

O assistente social, instrumentalizado para trabalhar com as mais diversas expressões da questão social, tem a família como foco de intervenção na maioria de seus campos socioocupacionais. Fonseca (2005) diz que “falar sobre a família como foco de intervenção exige aprofundar a discussão sobre o que é uma família e como ela pode servir ou não de recurso em programas de intervenção” (2005, p.1).

Há várias formas de se organizar em famílias, o que torna ainda mais difícil conceitua-las de modo homogêneo, por envolver questões morais, religiosas, culturais e sociais. Fonseca (2005) ao tentar encontrar conceitos, diz que o valor da palavra família tem um grande peso para todas as camadas da população brasileira, contudo, o significado é diferenciado para cada categoria social.

“Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (FONSECA, p. 51, 2005).

As famílias se organizam de diferentes formas de acordo com suas representações e dinâmicas, dependendo do grupo e segmentos sociais que se encontram. O grupo de indivíduos que possuem vínculo através de laços consanguíneos, consensuais ou jurídicos formam as redes de parentesco que são complexas, atualizadas por meio de cooperação e solidariedade, e representam para as famílias uma garantia de proteção, ajuda recíproca, nas quais planejam táticas de sobrevivência e manutenção (Carvalho *apud* Schibelsky, 2009).

A vida em família é algo encontrado no mundo todo e faz parte das relações dos indivíduos. É carregada de valores morais e religiosos e ideologias, o que para Schibelsky (2009) traz a ilusão de que as discussões sobre famílias possuem as mesmas bases. Por isso, a família deve ser contemplada pela perspectiva cultural e como algo historicamente condicionado.



Sarti (1993) afirma que as mudanças que ocorreram na realidade exterior à família a transformaram fatalmente: são novos padrões de comportamento que mostram que a família é um universo de relações distintas e essas mudanças atingem de forma diferente cada uma das relações. Uma delas é a relação entre natureza e cultura, em que família se constitui como um campo privilegiado. A autora diz que o parentesco se relaciona com a família, mas não pode ser confundida com ele, pois esse é apenas a estrutura formal dos laços da família, a consanguinidade, a descendência, e a afinidade do casamento (natureza), e ela é o grupo social concreto dos vínculos, ou seja, suas alianças de reciprocidade, afeto e sociabilidade, expostos a influências sociais, econômicas e históricas, e por isso é mutável (cultura).

A família como instituição social básica, se constitui nas relações de parentesco cultural e historicamente determinadas. É na família que o indivíduo procura proteção, sobrevivência, socialização, na qual ocorre a transferência de patrimônio cultural e econômico, e acontecem as relações de gênero e solidariedade entre as gerações integrantes (Carvalho e Almeida, 2003). Tais relações de gênero podem ser encontradas nas mais variadas sub-relações familiares, como por exemplo, entre marido e esposa, e entre irmãos. As redes de solidariedade mútua não são vistas apenas nos laços de parentesco. O universo familiar não se constitui apenas em parentes biológicos, mas também naqueles em que estão em volta, na escola, no trabalho, na vizinhança. Assim, para intervir na família contemporânea, é necessário considerar não apenas os laços consanguíneos.

O social, o político e o econômico influenciam a dinâmica familiar, de forma a modificar o modo de ser e de agir das famílias, sua organização, seus valores, sua estrutura, formando uma heterogeneidade entre as organizações familiares, não permitindo que haja uma conceituação singular. Portanto, a complexidade para falar sobre famílias se deve ao fato que envolve várias e diferentes dimensões e uma pluralidade de fatores que devem ser relacionados com a dinâmica da sociedade situada em determinado tempo e lugar (Leite, 2010).

Antonio (2006) fala do uso do termo “famílias desestruturadas”, que é utilizado ao comparar com a estrutura esperada da família nuclear burguesa, com o pai, a mãe e os filhos. Ressalta que nem todas as famílias se configuram nesse modelo, e estas se constroem de forma não homogênea e não linear, e que as dinâmicas familiares são sempre sócio-históricas. O modelo de família nuclear é algo que vive no imaginário de algumas pessoas, influenciando até aquelas que não se encaixam nesse padrão, inclusive os profissionais que trabalham com famílias, procurando seguir tal forma de organização.

De acordo com Schibelsky (2009), “contínuas e crescentes crises nas uniões matrimoniais, o grande número de divórcios, a grande variedade de estruturas familiares, o crescente número de filhos fora do casamento, entre outros [...]” (Sunkel apud Schibelsky, 2009, p.23) podem ser apontadas como as novas configurações das famílias modernas, indicadores fortes da dissolução da família em seu modelo patriarcal. Entretanto, ressalta que mesmo com essas mudanças, não alterou a predominância do modelo de família nuclear.

Ainda com relação às transformações contemporâneas que afetam as famílias, uma das mais marcantes é a inserção da mulher no mercado de trabalho, que influenciou de forma significativa a organização familiar. De acordo com Leite (2010), as mudanças da modernidade nos espaços e na maneira de educar os filhos são reflexo das transformações da sociedade, principalmente no que refere aos papéis do homem e da mulher nas relações familiares e sociais. A mulher busca cada vez mais sua realização pessoal e profissional, e o homem tem mostrado que também é capaz de assumir os cuidados com os filhos e com a casa.

As famílias monoparentais, isto é, formadas apenas pela mãe, ou pelo pai ou por um responsável, são mais uma das configurações familiares encontradas na modernidade. Com relação à monoparentalidade feminina, Colcerniani (2010) diz que esta configuração não é recente, pois sempre houve mulheres que passaram a chefiar uma família sozinha, por conta de morte do cônjuge, separação, divórcio, maternidade fora do casamento e a adoção unilateral de filhos. Mas, o que é novo neste assunto, segundo a autora, é que a família monoparental feminina tem aparecido em todas as camadas sociais, pois as mulheres possuem mais liberdade para decidirem e expressarem que desejam a maternidade, mas não necessariamente o casamento.

“A multiplicidade de arranjos familiares é crescente e tem se tornado cada vez mais evidente, reiterando a ideia de que as definições de famílias são dinâmicas, temporárias e moldadas de acordo com os costumes e as ideias das sociedades, em determinados momentos da história. As transformações nas estruturas das famílias brasileiras são facilmente percebidas e vivenciadas por um grande número de pessoas, pois, em um mesmo grupo social, é provável que existam homens e mulheres solteiros, casados, viúvos, separados, divorciados, em segundas núpcias com ou sem os filhos do casamento anterior e, ainda, que façam parte de família unipessoal, monoparental, heteroparental, homoparental, em diferentes classes sociais” (COLCERNIANI, p. 3-4, 2010).

Carvalho (2003) diz que é preciso olhar a família no seu movimento, com a necessidade de acabar com qualquer estigma sobre as formas de família diferenciadas dos padrões da família nuclear. O contexto sociocultural tem que ser levado em conta, pois é um grande fator de diferenciação das famílias. Fonseca (2007) ressalta pontos centrais de uma

nova abordagem crítica às famílias: a visão da família como um produto ideológico que é produzido historicamente, deixando de lado o estigma de unidade natural carregada de processos biológicos; o enfoque em gênero, geração, sexualidade, raça e classe, que são estruturas marcantes para divisões sociais e desigualdades; o novo olhar para o que é cuidar e a discussão sobre indivíduo e comunidade, público e privado; a valorização das diferentes vivências das famílias, destacando os conflitos e apoios; e negação da família como uma unidade isolada, autônoma e autocontida.

Desta forma, o Estado brasileiro percebeu que na abordagem de políticas públicas que tem como alvo as famílias, é importante considerar que os aspectos de renda e organização social são compartilhados pelos indivíduos que compõem essa família, e que para isso, seria necessário profissionais qualificados para atender as exigências desse complexo sistema que é uma família. Por exemplo, os programas de transferência de renda são um marco nas políticas sociais voltadas para a família, especificamente. Prova disto são os requisitos como a frequência dos filhos da escola e a renda calculada por família, e não de forma individual, bem como o valor do benefício, que leva em consideração a composição familiar.

Fatos históricos, como a crise do Welfare State, também chamado de Estado de Bem-Estar Social, por volta de 1970, mostram a família sendo “redescoberta” como instância de proteção social e como possibilidade de recuperação de uma sociabilidade solidária (Miotto *apud* Castro, 2008). As políticas sociais de cunho “familista”<sup>4</sup> seriam uma estratégia do Estado, ao invés de focar apenas no indivíduo. Assim, seria uma forma de responsabilizar as famílias por meio de políticas públicas colocando-as como foco.

Paiva (2008) traz o exemplo do Ministério da Saúde, que ao falar de saúde da família, enfatiza a família como merecedora de atenção, na perspectiva que esse é o ambiente onde os indivíduos vivem juntos, constroem relações intra/extra familiares, lutam pela melhoria de suas vidas, sendo muito mais que um espaço de delimitação geográfica onde as famílias vivem. Entretanto, é preciso ressaltar alguns possíveis efeitos de tal focalização, pois a família é colocada como principal executora desta política, no qual os próprios indivíduos são responsáveis pelos cuidados dos familiares, e muitas das vezes, não há condições para executá-los.

Com isto, os serviços públicos vem colocando uma ênfase maior na escuta das famílias, adaptando-se para ouvir e solucionar suas demandas enquanto grupo. As redes de

---

<sup>4</sup> Campos e Teixeira (2010) afirmam que “familista” seria a condição da família sendo responsabilizada intensa e sistematicamente pela proteção social de seus membros, reforçada com o avanço da ideia neoliberal de retração do tamanho e poder do Estado.

serviços de apoio psicossocial, cultural e jurídico à família são um exemplo de um acolhimento e escuta empática, atuando como solução de problemas ou de busca ativa e cooperativa entre as famílias (CARVALHO, 2003).

O Estado tem buscado metodologias e profissionais para implementar algumas de suas políticas com foco na família. Com relação ao serviço social, historicamente, a profissão objetiva a orientação e acompanhamento às famílias, e atualmente, deve pautar-se por meio de ações socioeducativas, de forma a contribuir com o crescimento e fortalecimento dos processos emancipatórios, com a apreensão e vivência da realidade através de perspectiva crítica, garantindo direitos, processos democráticos, e acontecendo por meio de relações horizontais entre usuários e profissional (Lima *apud* Miotto, 2010). Destaca-se que, historicamente, as famílias são objeto de intervenção dos assistentes sociais e são vistos, pelas mais variadas instituições, como um aparato para trabalhar com estas.

Para Jesus, Rosa e Prazeres (2004) um dos desafios da profissão é a busca de metodologias para trabalhar a família como um grupo com necessidades próprias e únicas, sem olvidar os indivíduos que a compõem e suas particularidades, onde a prática dos assistentes sociais está pautada sob duas perspectivas: a prestação de benefícios e auxílios e as ações socioeducativas. Quanto aos instrumentais técnicos operativos, pode-se observar que o assistente social utiliza diferentes instrumentos e técnicas que o auxiliam no trabalho com famílias, sendo o parecer social e o estudo social, instrumentais utilizados de forma recorrente.

No que se refere ao judiciário, que é o foco desta pesquisa, pode-se observar que a existência das chamadas Varas de Família nos fóruns é um grande marco institucional. Com inferências no Código Civil Brasileiro de 2002, o direito de família está ligado ao casamento, filhos, parentesco, filiação, adoção, poder familiar, patrimônio, regime de bens, alimentos, tutela, curatela, guarda, herança, testamento, inventário, dentre outras ações judiciais. Para atuar com estas complexas ações, que são permeadas por aspectos privados da vida em família, o Poder Judiciário conta com o trabalho dos assistentes sociais e outros profissionais para auxiliar os magistrados em suas decisões.

Assim, no campo sociojurídico, o trabalho dos assistentes sociais também é permeado por intervenções com famílias. Um exemplo são as Ações de Guarda e Responsabilidade nas Varas de Família. De acordo com o Código Civil Brasileiro (2002),

“compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), afirma que “a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais”. Ou seja, a guarda pressupõe uma responsabilidade de uma pessoa adulta perante uma criança e/ou adolescente, assumindo todos os deveres e obrigações.

Para Albergaria (1991), o poder-dever de guarda refere-se a vários poderes-deveres, que estão ligados ao pátrio-poder. Aqueles que se referem à criança ou ao adolescente como pessoa, são os deveres de guarda, vigilância, assistência, representação e educação. E aqueles que dizem respeito aos bens, é o poder de administração. De acordo com o autor, o poder-dever de guarda ainda incluiu os direitos daquele que possui a guarda, de manter a criança ou adolescente em contato com os pais; o direito de regular as relações destes com outras pessoas; e o direito de manter vigilância; e os que se referem a educação, compreendem a educação escolar; instrução profissional; formação física, cívica e moral; e a educação sexual.

Fazendo uma correlação entre os conceitos apresentados acima, conclui-se para esta pesquisa, que a guarda presume responsabilidade do detentor com a criança ou adolescente, de forma a assegurar a proteção, a segurança, a educação, o afeto, dentre outros deveres e direitos necessários ao desenvolvimento saudável de uma criança ou adolescente.

Existem, no ordenamento do Direito Brasileiro, dois sistemas de Guarda: a unilateral e a compartilhada. De acordo com Bello (2012), na guarda unilateral, um genitor fica responsável pelos cuidados físicos, cabendo ao outro, o direito de visitas. Já na guarda compartilhada, os genitores exercem, mesmo que em espaços físicos diferentes, a autoridade parental, tomando decisões conjuntas a respeito do bem estar, educação e criação.

Santos (2002) coloca que no campo do Direito de Família, a guarda, por se encontrar intrinsecamente ligada ao poder familiar, vem sofrendo influência direta da nova concepção de família, pois, enquanto no passado o conceito do poder familiar estava estreitamente vinculado ao conjunto de direitos dos pais sobre os filhos, hoje esse conceito está ligado a um conjunto de deveres/responsabilidades dos pais com os filhos. Aqui, percebe-se as alterações que a família passou ao longo dos anos, já que agora as crianças e adolescentes tem seus direitos reconhecidos e protegidos pelo Estado, e os pais e/ou responsáveis tem seus direitos reconhecidos no sentido da manutenção dos contatos com o filho(a) mesmo com a definição de uma guarda unilateral, o que pode ser visto como processo de democratização das relações e dos direitos no âmbito familiar.

A guarda compartilhada é um exemplo de que as transformações na família demandaram alterações jurídicas com o passar do tempo, para se adequar as novas demandas. Leite (2010) afirma que o modelo de guarda compartilhada surge como uma nova alternativa que busca atender e se adequar a nova realidade social. A autora diz que a guarda compartilhada aparece como possibilidade de construção de um modelo de corresponsabilidade parental, tornando-se um caminho para a preservação da continuidade dos vínculos familiares e para não sobrecarregar somente um dos pais, geralmente a mãe.

Entretanto, as famílias, por ocasião de divórcios litigiosos, disputas de guarda entre avós e genitores, ou até mesmo interesse da guarda por pessoas que não sejam parentes consanguíneos, vem buscando o auxílio do Poder Judiciário para decidir algo a respeito do seu espaço privado. Em meio a isso, o assistente social é chamado, juntamente com o psicólogo, a assessorar os magistrados nas decisões de Guarda e Responsabilidade, em um contexto, na maioria das vezes, de conflito familiar, com crianças e/ou adolescentes envolvidos, enfrentando os limites do pouco tempo do processo na justiça juntamente com a alta demanda de processos cada vez mais perpetrados por diversas expressões da questão social nas relações familiares.

O parecer sobre qual parte do processo reúne mais elementos para ter a guarda da criança e/ou adolescente, considera, por exemplo, aspectos como: quem tem maior capacidade protetiva com relação à criança e/ou adolescente em questão; situações de violência dos genitores ou responsáveis com criança e/ou adolescente; aspectos socioeconômicos; quem tem capacidade maior de não cercear o direito à visitas da outra parte do processo, dentre outros. Entretanto, o profissional ainda enfrenta dilemas que ultrapassam a sua sugestão, surgindo demandas espontâneas que não podem ser ignoradas, como por exemplo, uma criança que não está estudando, algum relato de maus-tratos com irmãos da criança ou adolescente em questão no processo, uma situação de desemprego, entre outros.

Desta forma, a discussão sobre famílias é fundamental para falar sobre Guarda e Responsabilidade, tendo em vista que, se trata de uma ação judicial que envolve diretamente o contexto familiar, no qual a situação das crianças e/ou adolescentes é o foco, de forma a garantir que os direitos e o bem estar destes sejam atendidos, além de também serem levados em conta os direitos e deveres dos responsáveis.

## **2.1) O trabalho do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do SERAF**

Trazendo o foco para a instituição de objeto desta pesquisa, tem-se a experiência com Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Assessoramento as Varas Cíveis e de Família – SERAF do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, nas quais são encontrados assistentes sociais e psicólogos e traz um exemplo de assessoramento aos magistrados de Varas de Família, Cíveis e Precatórias do Distrito Federal. Para Corrêa (p. 333, 2010), esse trabalho é “demandado com o objetivo de auxiliar os juízes nos aspectos subjetivos e bloqueadores da dinâmica familiar que necessita compreensão para a tomada de decisões e ajuda”. Assim, percebe-se que a autora coloca o magistrado em uma posição de executor da lei, e que por vezes, não consegue, em seu espaço e tempo, ou seja, apenas no contexto das audiências, perceber qual é a melhor alternativa para as famílias e quais são as situações que intervêm na decisão de recorrer à justiça, sendo esses chamados pela autora como aspectos bloqueadores, que impedem que o decorrer do processo judicial se torne mais tranquilo para a criança e/ou adolescente.

Processos de Guarda e Responsabilidade remetem a separação conjugal. Ribeiro (2010) diz que esse é um evento que ocorre de forma a trazer significativas mudanças nas relações entre os cônjuges, entre cada um dos pais e filhos, e entre os cônjuges como pais. Aqui, observa-se que a autora evidenciou os diferentes papéis que o homem e a mulher possuem em uma família, de modo que a separação dos cônjuges afeta todas as outras interações.

“O afastamento de um dos genitores, a perda do ‘status’ de família unida, a mudança na rotina e na convivência entre os pais e filhos, a mudança no padrão socioeconômico e na organização familiar são algumas das inúmeras transformações que atingirão a vida de todos” (RIBEIRO, 2010).

No SERAF, os casos que chegam aos profissionais nomeados de Regulamentação de Visitas estão estritamente ligados aos de Guarda. São processos em que a questão está relacionada somente em decidir se o requerente da ação terá o direito a visitar e como acontecerão tais visitas, englobando quais e quantos serão os dias, de quanto em quantos dias ocorrerá, quem deve deixar e buscar a criança e/ou adolescente em sua residência ou em outro local proposto pela família ou pelo juiz. Também há aqueles em que, após uma regulamentação de visitas, aquele que detém a guarda não concorda com a decisão, e após algum tempo, entra com uma contestação. Assim, Regulamentação de Visitas e Guarda são processos que envolvem, no geral, a questão do bem estar e direitos da criança e/ou

adolescente, embora com objetivos jurídicos diferentes, e no SERAF, os procedimentos são os mesmos, como visitas, e os atendimentos com toda a rede familiar ligada diretamente à ação judicial.

Com relação à metodologia e instrumentais utilizados pelos profissionais do SERAF nas ações de Guarda e Responsabilidade, como foi abordado de forma incipiente no capítulo 1, aconteceram algumas mudanças até chegar às configurações atuais.

“Inicialmente, os estudos técnicos implicavam em atendimentos separados dos membros da família e eram realizados a partir de uma visão individualizada e diagnóstica de cada um deles, adotando um paradigma de simplificação em que o conhecimento do sistema é reduzido ao conhecimento das partes. Tal modelo de trabalho foi sendo, gradativamente questionado e revisto, especialmente por que se percebia que naqueles moldes, as famílias atendidas não vinham sendo contempladas em suas necessidades emocionais, o que culminava na perpetuação dos conflitos.” (TJDFT, 2008).

Assim, os profissionais se mobilizaram para mudar a metodologia do SERAF, por meio de cursos de capacitação, supervisões, participação de universidades como parcerias e muitas trocas de conhecimento, ou seja, um movimento de mudança começou junto aos profissionais para reformular os pressupostos e conceitos teóricos, com o objetivo de integrar e realizar um trabalho mais conjunto, onde fosse possível romper com a visão individualizada de cada uma das especificidades profissionais. O SERAF decidiu, então, adotar a teoria da perspectiva sistêmica novo-paradigmática, que passou a compreender que os conflitos familiares são próprios da unidade familiar, para considerar o sujeito em suas dimensões subjetiva, individual, social e cultural.

Tal perspectiva está relacionada na Terapia Familiar Sistêmica, que de acordo com Costa (2010) os precursores foram Gregory Bateson e Nathan Ackerman, que se basearam na Teoria Geral dos Sistemas, do biólogo Ludwig Von Bertalanffy. De acordo com Engelmann (2002), o biólogo achou importante reunir físicos, químicos, biólogos, psicólogos, sociólogos, matemáticos, e outros ao fundar a Sociedade de Pesquisa Geral dos Sistemas.

“O modelo sistêmico, com base na teoria de Von Bertalanffy (1972), precursor da Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida nos anos 40, segundo Calil (1987), terapeuta de família e de casal, difunde a ideia de que a família é um sistema aberto, cuja interação entre seus membros e com os sistemas extrafamiliares gera uma circularidade, ou seja, um movimento em comum da família, sem começo nem fim, onde uns influenciam e são influenciados por outros, característica da retroalimentação. A retroalimentação negativa consiste na capacidade do sistema de se estabilizar de acordo com padrões de interação, baseados em papéis, regras e mitos e oferecendo resistência a mudanças. Por outro lado, a retroalimentação negativa é a possibilidade de a família transformar seus padrões transacionais, ocasionando mudanças. Outra propriedade desse sistema é a globalidade, entendida pela relação de qualquer de suas partes com todas as outras, de modo que a mudança que ocorrer em uma das partes provocará mudanças nas outras.” (Rodrigues e Lima (p. 24, 2003).



Ou seja, a Teoria Geral dos Sistemas aborda várias ciências, já no trabalho com famílias, está relacionada com a Terapia Familiar Sistêmica, ligada à psicologia.

De acordo com a resolução nº 6 de 17 de abril de 2012 do TJDF, compete ao SERAF:

- “I -assessorar os magistrados da área cível nas decisões judiciais referentes a aspectos psicossociais presentes em ações que tratam do Direito de Família;
- II -realizar, mediante determinação judicial, estudo e avaliação psicossocial da situação de crianças, adolescentes, incapazes e suas famílias, com foco na política de proteção integral das crianças e dos adolescentes;
- III -elaborar parecer técnico para os juízes que o requisitarem;
- IV -realizar visitas domiciliares e institucionais, quando forem necessárias para a compreensão da dinâmica familiar analisada;
- V -contatar entidades públicas e privadas que possam atender a clientela em foco;
- VI -orientar as partes e os respectivos advogados sobre o impacto biopsicossocial que processos judiciais geram nas crianças e nos adolescentes;
- VII -prestar, na qualidade de perito, esclarecimentos aos juízes sobre o conteúdo dos pareceres elaborados, quando requisitado;
- VIII -coletar dados estatísticos;
- IX -elaborar relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- X -elaborar e executar projetos setoriais alinhados com a SUAF;
- XI -apontar as necessidades de capacitação dos servidores do Serviço;
- XII -alimentar banco de dados de redes sociais;
- XIII -zelar pelo sigilo e pela segurança das informações.” (TJDF, 2012).

A equipe do SERAF que realiza o assessoramento aos magistrados é composta por assistentes sociais e psicólogos. Os estudos psicossociais são realizados a partir de determinação judicial e, prioritariamente, são executados por uma dupla, composta por assistente social e psicólogo. Entretanto, devido a grande demanda, alguns casos são atendidos por dupla de apenas uma especificidade profissional; ou de forma individual; ou por profissional e estagiário. Dentre os procedimentos estão:

- “A partir da entrada dos autos no Serviço, a supervisora faz a análise e a distribuição destes aos profissionais, que realizarão o estudo psicossocial;
- Leitura do processo pelos profissionais, agendamento das datas, e convocação das partes, por meio de telegrama e contatos telefônicos, para atendimento conjunto no Serviço;
- Realização dos atendimentos – individual, familiar e grupal - observando as características de cada caso;
- Visitas domiciliares e/ou institucionais;
- Estudo de caso e supervisão;
- Elaboração do parecer psicossocial;
- Encaminhamento da família aos recursos da comunidade, em conformidade com as necessidades e particularidades de cada situação;
- Reuniões com advogados, conduzidas pela supervisora do Serviço, bem como por sua substituta, que ora se encontra em fase de expansão com vistas a envolver, também, os Defensores Públicos. Com este trabalho, objetiva-se esclarecer acerca do estudo psicossocial, bem como promover algumas reflexões quanto aos aspectos emocionais que normalmente permeiam as relações da família em conflito, especialmente no que se refere à coresponsabilidade de cada uma das partes na construção, manutenção e resolução da situação vivenciada. Acredita-se que as trocas envolvendo diferentes áreas do conhecimento científico - Psicologia, Serviço Social e Direito - beneficia a

todos, refletindo positivamente na qualidade dos atendimentos prestados às famílias em situação de litígio.” (TJDFT, 2007)

Cabe ao supervisor de cada unidade do SERAF realizar a distribuição dos processos entre os profissionais, separando os que têm prioridade, segundo critérios do TJDFT, como processos em que uma das partes é um idoso, um processo que já está há muito tempo na justiça ou aqueles que já chegam com um prazo determinado pelo juiz. Assim, o supervisor distribui os processos que serão atendidos em dupla e os que serão individuais, após a leitura destes.

Pode-se dizer que as famílias que chegam ao SERAF estão em busca de uma solução para uma questão que causa algum tipo de discordância em relação a(s) criança(s) e/ou adolescente(s) no âmbito familiar. Desta forma, a maioria está disputando a guarda com a outra parte do processo, sendo que um foi o requerente, aquele que fez o pedido, demonstrando seu interesse em assumir tal responsabilidade, e o outro é o requerido, que não é o responsável por iniciar a ação judicial, mas faz parte do contexto familiar da criança ou adolescente. Os requeridos e requerentes da ação podem ser, em sua maioria, os pais, avós maternos e paternos, tios(as) da criança ou adolescente em questão, e também há situações em que terceiros, ou seja, pessoas responsáveis por estes, porém não possuem laços de parentesco consanguíneo.

O magistrado entende, após uma ou mais audiências, que sua decisão baseada apenas nos relatos apresentados a ele, não será suficiente para atender a real necessidade da demanda familiar. Desta forma, ele determina que o processo seja encaminhado ao SERAF, que também pode ser por sugestão do Ministério Público, de forma a ser realizado o estudo psicossocial pelos assistentes sociais e psicólogos.

Assim, os assistentes sociais e psicólogos realizam atendimentos, visitas domiciliares e institucionais, contatos com a rede para encaminhamentos, e após suas intervenções, elaboram o parecer que contém a história daquela criança e/ou adolescente na família, os conflitos atuais, como são os cuidados com esses, quais aspectos foram observados e que são relevantes para o recorte da situação e organização atual daquela família para prover o bem estar da criança e/ou adolescente. Nesse recorte é ressaltado como está o diálogo entre os genitores ou responsáveis, como e por quem a criança e/ou adolescente está sendo atendida em suas necessidades básicas de afeto, segurança, socialização, saúde, educação, no momento do estudo psicossocial.

O trabalho de psicólogos e assistentes sociais no SERAF traz um questionamento sobre as especificidades de cada profissional no âmbito das Ações de Guarda e Responsabilidade. Com isto, o seguinte capítulo pretende correlacionar o referencial teórico sobre as Ações de Guarda e Responsabilidade, o trabalho do assistente social com famílias e a discussão sobre famílias, com os relatos dos profissionais do SERAF, de forma a responder os objetivos gerais e específicos desta pesquisa e contribuir com a reflexão do trabalho interdisciplinar do assistente social no SERAF.

### **CAPÍTULO 3)**

#### **O trabalho interdisciplinar no SERAF: os limites e possibilidades da prática profissional a partir dos relatos dos assistentes sociais e psicólogos.**

O presente capítulo analisa os resultados da pesquisa de campo feita no SERAF com os psicólogos e assistentes sociais, realizada a fim de completar o cumprimento dos objetivos que norteiam o presente TCC, que é, de modo geral, relatar os limites e possibilidades do trabalho interdisciplinar do assistente social no SERAF. Os dados coletados nas entrevistas e sua consequente análise, por meio de correlação com os referenciais teóricos apresentados nos capítulos anteriores pretendem contribuir para responder os objetivos propostos pelo presente trabalho, bem como a hipótese de que o trabalho interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogos mostra-se fundamental para atender as demandas das Ações de Guarda e Responsabilidade, qualifica os atendimentos e não fere as especificidades de cada profissão.

##### **3.1) Dados gerais dos entrevistados**

Dos técnicos entrevistados, sete são do sexo feminino e um do sexo masculino<sup>5</sup>. As idades variam entre 28 e 47 anos. Entre as assistentes sociais, as especializações são na área de Gestão Pública e Direito Público; Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Violência Doméstica contra crianças e adolescentes; e Direitos Sociais e Competências Profissionais. Entre as psicólogas, especialização em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes; Gestalt Terapia; Terapia Familiar Sistêmica; Psicodrama; e Mestrado em Psicologia Clínica e Comunitária.

Entre as assistentes sociais, há uma profissional com experiência de cinco anos na profissão e integra há seis meses a equipe do SERAF, outra possui cinco anos de exercício profissional, todos exercidos no SERAF. Outra possui sete anos no serviço social e um ano de SERAF, e a última assistente social tem vinte anos de profissão, destes sete anos são no SERAF. Já com relação às psicólogas, duas possuem quatorze anos de profissão, uma com doze anos e outra com dez anos no SERAF. As outras duas, uma com nove anos de profissão e oito no SERAF, e a outra com quatro anos de SERAF e cinco de profissão.

---

<sup>5</sup> Por ser a maioria mulheres, decidiu-se chamar todas as entrevistadas pelo sexo feminino no decorrer do texto.

Tabela 1 – dados das assistentes sociais entrevistadas.

<b>Tempo na profissão</b>	5 anos	5 anos	7 anos	20 anos
<b>Tempo de SERAF</b>	5 anos	6 meses	1 ano	7 anos
<b>Formação complementar</b>	Pós-graduação em Direitos Sociais e Competências Profissionais – Ações socioeducativas do assistente social no SERAF.	Pós-graduação em Gestão do SUAS.	Pós-graduação em Gestão Pública e Direito Público.	Pós-graduação em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes.

Tabela 2 – dados das psicólogas entrevistadas.

<b>Tempo na profissão</b>	14 anos	14 anos	9 anos	5 anos
<b>Tempo de SERAF</b>	12 anos	10 anos	8 anos	4 anos
<b>Formação complementar</b>	Pós-graduação em Gestalt Terapia; Terapia Familiar Sistêmica;	Pós-graduação em Terapia Familiar Sistêmica e Psicodrama. Mestrado em Psicologia Clínica e Comunitária.	Pós-graduação em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes.	Pós-graduação em Gestão pública; Cursos de capacitação e extensão em: recursos de atendimento a crianças e adolescentes; atendimento psicológico a vítimas de abuso sexual; atendimento a família com enfoque na visão sistêmica; técnicas de desenho na Gestalt terapia.

Observa-se que entre as assistentes sociais, as que possuem mais tempo no SERAF e as psicólogas são as que possuem especializações relacionadas às demandas dos casos de Guarda e Responsabilidade. As assistentes sociais com 6 meses e 1 ano no SERAF relataram que suas especializações foram realizadas por conta de suas inserções em outros campos de atuação profissional. A respeito disso, foi perguntado se elas buscaram formação complementar ou estudar e pesquisar por algum assunto para atuar nas ações de Guarda e

Responsabilidade. Todas disseram que ao chegar ao SERAF, se aprofundaram sobre a visão sistêmica, terapia familiar, ciclo familiar, separação e divórcio, famílias reconstituídas, abuso sexual, violência familiar, além do fato da supervisão do serviço recomendar livros, e deixar o profissional que chegou como uma espécie de estágio, ou seja, acompanhando os atendimentos sem a responsabilidade principal, sendo apenas um colaborador e aprendiz, durante os dois primeiros meses. Entretanto, umas afirmaram que atualmente, a demanda dos processos é bastante alta, o que faz o treinamento ser bem menor.

Com relação à atualização dos conhecimentos dos profissionais, observa-se que isto é algo constante, principalmente pelo fato do TJDFT oferecer diversos cursos. Ao final do ano, como relatado por uma profissional, eles são questionados sobre as temáticas que possuem mais dificuldade, para que possam convidar professores e profissionais para ministrar cursos, mostrando uma preocupação em sempre aperfeiçoar a formação da equipe.

Ainda com relação à qualificação para atuar no SERAF, as assistentes sociais, de modo geral, afirmaram que a formação curricular do serviço social é muito ampla, ou seja, generalista, e não possui assuntos relacionados à terapia familiar, perspectiva sistêmica, por exemplo, sendo necessário entender um pouco mais por meio de leituras. Isto pode ter relação com o fato das profissionais afirmarem a importância de buscar especializações relacionadas às demandas do SERAF, e pode-se observar que a assistente social com 7 anos de SERAF é um exemplo, embora a especialização em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes não esteja diretamente relacionada à terapia familiar e sistêmica e Ações de Guarda e Responsabilidade. Uma assistente social afirmou que o serviço social aborda questões de família, infância e juventude, porém, não aplicado diretamente às disputas de guarda, o que gera a necessidade em se aprofundar. As psicólogas também afirmaram que não há maneira de permanecer no SERAF sem buscar mais conhecimentos sobre a área. Isto pode apontar também o fato dos cursos que são oferecidos pelo TJDFT e SEPSI serem, na maioria, na área da psicologia.

Tais fatos podem apontar para um conhecimento fragilizado do objeto do serviço social na atuação no SERAF, pois terapia familiar e teoria sistêmica não devem ser disciplinas reinvidicadas para incorporação na formação de assistentes sociais. Acredita-se que aprofundar sobre abordagem com famílias do assistente social, especialmente com crianças e adolescentes, é algo mais adequado ao objeto do serviço social, e que pode contribuir para a atuação do assistente social no SERAF.

### **3.2) O SERAF pelos profissionais – objetivos, atribuições institucionais e documentos normativos.**

De forma a identificar as atribuições institucionais colocadas aos profissionais e suas expectativas com relação a estas, as profissionais foram questionadas quanto ao objetivo do SERAF. De modo geral, todas disseram que é um Serviço que presta assessoramento aos juízes das Varas de Família e Varas Cíveis, em ações que envolvem Guarda e Responsabilidade, Regulamentação de Visitas, Tutela, Interdição, Carta Precatória, Investigação e Negatória de Paternidade<sup>6</sup>, de modo a ampliar a visão dos magistrados com os pontos de vista social e psicológico, no que diz respeito à organização familiar, capacidade de proteção e cuidados com a criança e/ou adolescente ou com o adulto interditado, e contribuir com a decisão do juiz, além de lidar com as complexas demandas trazidas pelas famílias atendidas.

A assistente social A relatou que o serviço realiza perícias, e há um questionamento com relação à nomenclatura de assessoria, pois as profissionais são requisitadas pelos magistrados para tratar de assuntos em que estes possuem dificuldade, por conta da área de conhecimento (o direito), como a subjetividade dos indivíduos das famílias, a questão socioeconômica, emocional, e assim, o assistente social e o psicólogo ampliam uma área de conhecimento que o juiz não domina, atuando como peritos. A assistente social C também afirmou que a equipe é chamada de peritos do juiz, realizando uma perícia psicossocial:

“Um das verdades, premissas desse trabalho é, diante dessa situação, escolher o que é melhor pras crianças em questão. Então a gente busca isso, chamam a gente de peritos dos juízes nesse sentido né, é uma perícia psicossocial, desse espaço, dessa organização, mas eu acredito que é um parecer, um trabalho de estudo, de perícia,

---

<sup>6</sup>Tutela, de acordo com o ECA, é deferida a pessoa de até 18 anos incompletos, e pressupõe a prévia declaração da perda ou suspensão do poder familiar e, necessariamente, implica no dever de Guarda. É denominado um tutor à criança e/ou adolescente, por meio de testamento ou qualquer outro documento autêntico. Os casos de Tutela são aqueles em que os pais são falecidos ou estejam ausentes até que estes completem 18 anos de idade, na qual o tutor deve se responsabilizar e zelar pelos bens destes. A Interdição, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é um processo no qual é determinada a Curatela àqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade; os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos; os excepcionais sem completo desenvolvimento mental; e os pródigos. Carta precatória, de acordo com o Código de Processo Civil, é um ato processual judicial requisitado por meio de carta, a realizar-se fora dos limites territoriais da comarca, ou seja, no SERAF, são casos em que uma das partes do processo não reside no Distrito Federal e precisa ser ouvida em audiência ou participar do estudo psicossocial no SERAF. E por último, a Investigação e Negatória de Paternidade, que são processos que envolvem a realização de exame de DNA, e o juiz encaminha para o SERAF geralmente quando a criança e/ou adolescente possui o pai registral, mas a descoberta do pai biológico gera dúvidas sobre quem possui a paternidade afetiva.

muito parcial, porque nossa visão é do momento em que eles estão vivendo, então essa parcialidade traz pra gente assim, uma certa limitação”.

Assim, o estudo tem uma limitação temporal, por conta do pouco tempo para realizar os procedimentos, e que o parecer traz o momento da família durante o estudo, na qual a realidade desta pode mudar até mesmo no dia seguinte ao término do estudo, sendo bastante dinâmica.

Com relação ao objetivo da equipe do SERAF nas Ações de Guarda e Responsabilidade, as entrevistadas foram questionadas também a respeito de garantia de direitos e sobre diferenças entre objetivos para assistente social e para psicólogo. Entre as assistentes sociais, a profissional C afirmou que o objetivo nas disputas de guarda é comum para toda a equipe, que é buscar o melhor para a criança e/ou adolescente diante do conflito familiar e judicial, e o que muda é a forma de conduzir, no qual as assistentes sociais se preocupam mais em falar sobre garantia de direitos, esclarecer informações e as psicólogas buscam a garantia de direitos por meio de fortalecimento das relações emocionais familiares, sendo duas vias válidas, o que é imprescindível e torna o trabalho mais amplo.

A assistente social B também abordou a questão da garantia dos direitos como objetivo do SERAF nas Ações de Guarda e Responsabilidade, mas há um objetivo chamado pela profissional de “perverso”, como se pode observar em sua fala:

“os objetivos são garantir direitos, só que tem um objetivo ‘perverso’, um pouquinho por trás, que é o que gente passa nossa função, que é informar para o juiz. A gente tem que ‘dedurar’ as coisas, então esse é o objetivo que está por trás”.

Analisando a fala da assistente social, pode-se perceber que para ela, o fato do dever profissional de relatar ao juiz aquilo que observou ser relevante para o caso pode ser perverso não no sentido de ser injusto ou maldoso, mas sim, que ao mesmo tempo em que o SERAF deve atender ao pedido judicial e a demanda institucional, também deve atender uma família que pode estar passando por conflitos familiares, que são da vida privada dos indivíduos, mas precisam ser relatadas no parecer, pois complementam as informações necessárias à sugestão de guarda.

A assistente social B ressaltou que o magistrado também está com o intuito de resguardar o bem estar da criança e/ou adolescente e de sua família, e isto é a primazia nas Ações de Guarda e Responsabilidade, o que pode ser relacionado com o que foi apontado no capítulo 1, de que o judiciário é uma instância de garantia de direitos, e o juiz é o responsável pela aplicação da lei, sendo assim, um juiz de Vara de Família deve comprometer-se com os direitos estabelecidos no ECA.



A assistente social D disse que o foco do SERAF se aproxima do objetivo do Serviço Social, pois é uma profissão que busca a afirmação da cidadania, e no contexto da justiça e das disputas de guarda, é algo que não pode ser deixado de lado, pois deve ser avaliado pela equipe até que ponto os direitos da criança e/ou adolescente estão sendo atendidos ou violados. E sem deixar de lado as famílias, que precisam de condições para atender tais direitos, pois não basta apenas impor que elas cumpram.

Muitas vezes a falta de informações causa sofrimento e repercute emocionalmente nas crianças e adolescentes e em suas famílias. A psicóloga A afirmou que o SERAF também objetiva esclarecer diversas informações, como por exemplo, a respeito dos tramites judiciais, mas destaca que este seria um papel que poderia ser desenvolvido também pela Defensoria Pública, de forma a esclarecer melhor quais são os objetivos jurídicos dos tipos de Guarda (compartilhada, alternada e unilateral), para que as famílias não tivessem suas dúvidas e angústias sanadas apenas ao chegar ao SERAF. Também ressaltou que o SERAF é um espaço de diálogo, que muitas vezes não ocorre fora do serviço por conta do litígio<sup>7</sup>. Portanto, entre as psicólogas e assistentes sociais, de modo geral, todas afirmaram que o objetivo da equipe é a garantia de direitos e busca do bem estar, proteção do convívio familiar, principalmente das crianças e dos adolescentes, para ambas as especificidades profissionais, o que pode ser relacionado com os objetivos do Poder Judiciário elencados no capítulo 1, como a promoção de direitos e de justiça social.

Quanto às diferenças entre assistentes sociais e psicólogas em relação aos objetivos, a psicóloga C afirmou que as assistentes sociais possuem um olhar sobre o social mais amplo, pois o serviço social proporciona um “treinamento” mais intenso com relação aos aspectos sociais do que a psicologia. A psicóloga A afirma que aprende muito com as assistentes sociais e que o instrumental metodológico da visita é algo que sempre faz em seus estudos, o que não é comum na psicologia.

“A visita diminui meu trabalho em cinquenta por cento. E eu sempre busquei atender com os assistentes sociais. O trabalho flui muito melhor, mas não quer dizer que não flui com meu colega psicólogo, mas é que o assistente social tem outro olhar, e é bom quando tem um olhar diferente do nosso”.

A fala da psicóloga mostra que a vista domiciliar é um procedimento não apenas para observação do ambiente, mas pode ser aproveitado como um atendimento, no qual podem ser

---

<sup>7</sup> Litígio é um termo utilizado para denominar um conflito familiar mais acirrado. De acordo com Santos e Costa (2010), famílias em litígio nas Ações de Guarda e Responsabilidade caracterizam-se por intensa disputa após a separação dos genitores, que podem levar ao acirramento na definição de guarda e na regulamentação de visitas dos filhos.

colhidas informações iniciais com os presentes, realizar esclarecimentos de como será o estudo, quando realizada antes das entrevistas no Fórum.

As assistentes sociais afirmaram que as diferenças estão exatamente no olhar mais apurado de cada um no sentido de suas especificidades mesmo, enquanto as psicólogas observam mais as consequências de ordem emocional para a criança e/ou adolescente por conta do litígio, geralmente entre os genitores, procuram encaminhamentos para terapia, as assistentes sociais voltam seu olhar para saber se a criança e/ou adolescente está na escola, se vive em um ambiente protetivo, se o lar onde vive possui condições adequadas para garantir sua segurança, e podem realizar encaminhamentos para garantir vaga em creche para o genitor poder trabalhar, e conhecem mais a rede de apoio psicossocial, como por exemplo, o COSE – Centro de Orientação Socioeducativa e CRAS – Centro de Referência em Assistência Social. Entretanto, isso não significa que as psicólogas não se preocupam com a escolaridade e com um ambiente protetivo para a criança e/ou adolescente.

Sobre documentos que normatizem as funções do assistente social e as funções do psicólogo no SERAF, as assistentes sociais e psicólogas relataram a criação de um livro, escrito pela própria equipe, com os parâmetros e paradigmas de atuação no SERAF, uma espécie de manual do serviço, que detalha como são os atendimentos, os procedimentos para atendimento com crianças, com famílias, as visitas domiciliares e institucionais, visitas de processo de interdição, quais são as atribuições do serviço, ou seja, um passo a passo de como funciona o SERAF. Na época das entrevistas, ainda estava em fase de finalização, e não foi possível ter acesso para citá-lo neste trabalho, no qual a versão prévia foi disponibilizada apenas para as profissionais lerem e apresentar sugestões de melhoria para a publicação.

As assistentes sociais relataram suas angústias em torno da orientação teórica do SERAF, que também é abordada no livro dos parâmetros. A assistente social D disse:

“Estamos construindo os parâmetros da nossa atuação, por meio de artigos também, e é uma preocupação da gerência em deixar claro, sem que necessariamente uma das profissões fique menos necessária. Hoje, pra mim, me inquieta ainda a orientação teórica desse serviço. Esse serviço tem uma tradição de cunho mais da psicologia, nossas produções teóricas são mais na área da psicologia. Quanto à orientação sistêmica, não sei como esta a formação, mas na minha época, não era coisa pensada no serviço social. Eu particularmente era muito verde quanto a isso, não tinha contato com os autores. Foi bom, esta sendo muito bom ter contato com esses autores, mas ainda não considero que a sistêmica dá conta de tudo. As respostas são muito angustiantes pra mim, o que é da sistêmica, o que é do serviço social. Mas tem uma frase da sistêmica que eu gosto muito, que é pensar sistemicamente, agir sistêmico, no sentido de estar sempre repensando, olhando e eu acho que isso se aproxima com nossa formação, de estar de olho nessa realidade, percebendo que ela se modifica, se transforma.”

A assistente social B também apresentou suas dúvidas, dizendo que o método do SERAF é muito mais voltado para a psicologia do que para o serviço social, e que a perspectiva da teoria sistêmica é muito forte no serviço, pois é a orientação principal para a atuação. A assistente social C disse que o livro dos parâmetros não faz distinção do que é atribuição do assistente social e o que é do psicólogo, e que há uma dificuldade em separar o que é atribuição de uma profissão, e o que é da outra, e que isso favorece o trabalho interdisciplinar, em detrimento de uma possibilidade de fortalecimento da atuação do assistente social no TJDF. Ela acredita que não é claro para a instituição de forma macro, ou seja, para o TJDF, do que é o papel do serviço social, mas que a SEPSI já procura definir o que é de cada especificidade por meio de artigos e livros publicados. A assistente social complementou também que a separação das atribuições no livro dos parâmetros não vai garantir o fortalecimento da profissão, mas que a produção teórica por parte das assistentes sociais sobre o SERAF seria mais eficaz, e também que buscassem sempre usar da teoria do serviço social para fazer citações nos pareceres, não usando apenas a da psicologia, como já acontece.

Ainda de acordo com a fala das assistentes sociais, a única orientação normativa que foi relatada são as resoluções do TJDF de criação do serviço, como as que foram citadas no capítulo 2, que dizem de forma geral, os objetivos do SERAF, sem separar atribuições específicas para cada área do saber. As psicólogas afirmaram tal discussão sobre a normatização das funções de cada um é constantemente discutida no SERAF, e gera artigos e livros. Duas psicólogas afirmaram que foi feito por parte dos Recursos Humanos do TJDF um estudo com a equipe há alguns anos atrás (não souberam precisar o ano), com o intuito de especificar quais as atribuições de psicólogos e assistentes sociais no serviço. Entretanto, nunca obtiveram retorno sobre o estudo. A psicóloga A disse:

“antes, o foco era muito mais voltado para a parte psicológica, e eu percebia um certo incômodo nos assistentes sociais. Mas ao longo dos anos, eu percebi uma voz mais ativa do serviço social, que era mais tímida quando eu cheguei aqui.”

Analisando os dados acima, conclui-se que não há documento normativo oficial para as atribuições de assistentes sociais e psicólogos, realizado por parte do TJDF. Percebeu-se que tal fato sempre gerou angústias e receios nas profissionais, pois se sentiam perdidas no começo de suas atuações no SERAF, principalmente as assistentes sociais, já que a perspectiva da teoria sistêmica é a orientação principal do serviço. Isso resultou em publicações próprias do SERAF, com o intuito de facilitar para os que já estão trabalhando, para os futuros profissionais e também para os estagiários, a compreensão do que é o serviço.

O livro que está em fase de finalização não separa as atribuições de cada um, mas foi relatada a produção de um artigo com tal fim, e que na época do meu estágio supervisionado, pude acompanhar algumas reuniões para coleta de dados com os profissionais e discussões para chegar a um consenso.

Percebeu-se que o objetivo do SERAF foi relatado com a mesma perspectiva por ambas as categorias profissionais, e as falas, independentemente da formação, do tempo de formação, tempo no SERAF e especializações, foram homogêneas, o que pode facilitar o trabalho interdisciplinar, já que as entrevistadas mostraram que não há divergências nos objetivos, portanto, as profissões caminham juntas para alcançá-lo durante o estudo psicossocial.

Entretanto, foi observado que assistentes sociais e psicólogas sabem que cada profissão possui suas teorias, sabem de suas atribuições privativas e isso é elucidado nos procedimentos, ou seja, as diferenças aparecem no olhar das assistentes sociais que se volta mais para garantia de direitos e questões sociais, enquanto as psicólogas observa e se atenta às questões emocionais, contudo, o objetivo final é o mesmo, no sentido de tentar encontrar a melhor alternativa para a família, buscar a efetivação do bem estar da criança e/ou adolescente em questão e relatar ao magistrado por meio do parecer conjunto.

Assim, as falas das psicólogas e assistentes sociais mostraram que todas as entrevistadas entendem qual é o olhar da outra profissão, qual é o objetivo da área do saber de cada um e qual é o objetivo do SERAF como equipe no TJDF. O TJDF e a SEPSI querem que o SERAF cumpra a determinação judicial, não especificando o que cada profissão deve realizar, o que caracteriza a ação dos profissionais como interdisciplinar.

### **3.3) A interdisciplinaridade e a prática profissional nas ações de Guarda e Responsabilidade no SERAF**

Como abordado no capítulo 2, as famílias, por ocasião de divórcios litigiosos, disputas de guarda entre avós e genitores, ou até mesmo interesse da guarda por pessoas que não sejam parentes consanguíneos, vem buscando o auxílio do Poder Judiciário para decidir como será a organização familiar em torno das crianças e/ou adolescentes. É nesse contexto que o assistente social é chamado, juntamente com o psicólogo, a assessorar os magistrados nas decisões de Guarda e Responsabilidade, atribuição do SERAF, no qual, grande parte dos processos possuem conflito familiar. Desta forma, o trabalho interdisciplinar do serviço social

e da psicologia é demandado pelo TJDF e se mostra fundamental para atender as questões relacionadas à disputa de guarda.

Com relação a este ponto, as profissionais foram perguntadas sobre como avaliam o trabalho interdisciplinar, e como essa prática contribuiu para a resolução das Ações de Guarda e Responsabilidade. Vale ressaltar alguns conceitos elencados nos capítulos anteriores, como a definição de que guarda pressupõe uma responsabilidade de uma pessoa adulta perante uma criança e/ou adolescente, assumindo todos os deveres e obrigações, de forma a assegurar a proteção, a segurança, a educação, o afeto, dentre outros deveres e direitos necessários ao desenvolvimento saudável de uma criança ou adolescente. Tal concepção foi norteadora para a análise dos dados coletados, assim como a noção que interdisciplinaridade é um processo entre disciplinas e campos de conhecimento, com uma relação de integração mútua, capaz de romper as estruturas de cada uma delas para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhando em parceria, mas preservando a especificidade de cada uma.

As psicólogas, perguntadas sobre o que é importante considerar para o processo de intervenção profissional nessas ações, em que a psicóloga D disse que é preciso focar em um conjunto de fatores, no qual são importantes as relações e contexto social das famílias, a rotina de cuidados com a criança e/ou adolescente, as redes de apoio dessa família, como a comunidade em que estão inseridos, os aspectos emocionais, principalmente em relação aos genitores que disputam a guarda após uma separação conjugal. A psicóloga B disse:

“É importante perceber como a criança está inserida nesse processo, qual é o contexto, o que pensa sobre o conflito, se está com suas necessidades atendidas, como está o convívio com os núcleos familiares envolvidos, como é a rotina na casa materna e na casa paterna, além de considerar como os pais e/ou responsáveis estão desenvolvendo a maternidade e paternidade.”

A psicóloga B ressaltou também a necessidade de perceber as funções que o pai e a mãe estão desempenhando na vida da criança e/ou adolescente, como o infante está em relação ao conflito, no sentido de estar mais protegido, envolvido ou triangulado<sup>8</sup>, e também aspectos comportamentais observados nos procedimentos, percebendo se a criança está entristecida, confusa, insegura, conflituosa, ou se apresenta resiliência<sup>9</sup> em meio ao conflito,

---

<sup>8</sup> Em uma relação triangulada, “um componente é representado sucessivamente por cada uma das três partes, onde duas pessoas não conseguem se relacionar sem uma terceira que, em geral, tem a função de diminuir as tensões no par inicial” (Paccola *apud* Santos e Hamu, p.341, 2010). Nos casos de Guarda e Responsabilidade, tais relações são encontradas quando a criança e/ou adolescente é esta terceira pessoa, se tornando envolvido (a) nos conflitos e, geralmente, trazendo consequências negativas.

<sup>9</sup> De acordo com Yunes (2003), resiliência, na psicologia, é referida a processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações, e os precursores do termo na psicologia são as palavras invencibilidade ou invulnerabilidade. A autora resalta que E. J. Anthony, um psiquiatra infantil, introduziu o termo invulnerabilidade para descrever crianças que apresentavam saúde emocional e alta competência, mesmo depois de prolongados períodos de estresse psicológico e adversidades.

dando voz a esta criança e/ou adolescente, tentando ouvir e perceber qual é seu desejo genuíno.

Aspectos econômicos e sociais, por vezes, provocam impacto emocional nas relações familiares, e a psicóloga A citou como exemplo, a falta de pagamento de uma pensão alimentícia que pode fazer a criança e/ou adolescente se sentir desamparada afetivamente. A psicóloga B destacou que o SERAF do Fórum de Taguatinga atende as regiões administrativas com grande número de famílias em vulnerabilidade social, o que torna a visita domiciliar um procedimento importante a ser realizado, para observar a organização familiar e os cuidados um pouco mais perto, dentro do lar da criança e/ou adolescente.

Entre as assistentes sociais, foi relatada a importância de conhecer e estudar o processo antes de começar os atendimentos do estudo psicossocial, para que nos primeiros procedimentos, o profissional já tenha um breve conhecimento e uma consciência clara sobre como deverá agir. A assistente social B ressaltou a questão da lealdade da prática do profissional, que acontece na relação com o poder judiciário e com o usuário, ou seja, a equipe deve responder às atribuições institucionais e prestar um atendimento ao seu usuário fundamentado em seu Código de Ética Profissional. Com isto, deverá preparar alguns documentos com as informações, formando o parecer, que é repassado ao magistrado, e isto, para esta assistente social, traz uma lealdade limitada com a família, pois o estudo não tem como objetivo apenas empoderar a família, mas o principal dentro do poder judiciário nas Ações de Guarda e Responsabilidade, é assessorar o juiz, levando informações dos aspectos privados da relação da família, como violências e abusos, que são relevantes para estar no parecer de guarda, mas por vezes, a família se sente desconfortável com tal exposição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi citado como norteador da prática profissional, sendo o bem estar da criança e/ou adolescente como primazia nos objetivos da equipe, observado no contexto familiar, ou seja, como estão fazendo para atender o que está no ECA. A história de vida das famílias é necessária para o processo de intervenção profissional, pois chegam com uma carga de sofrimento grande por conta do processo judicial, e com a autonomia abalada como família, no sentido de não solucionar os conflitos sem a intervenção de terceiros. Mas não são todos os processos que são assim, pois há aqueles em que a família vem para homologar um acordo perante o juiz.

Com relação às famílias que chegam em sofrimento, a assistente social C ressaltou a necessidade de ter um respeito com o momento familiar, e que, por mais que haja prazos e exigências judiciais, é necessário considerar a história da família, o direito da criança e/ou

adolescente de conviver com ambos os núcleos familiares, pois há genitores que chegam muito ligados ainda ao processo de separação e partilha de bens, disputando os filhos e atrapalhando o convívio com o outro genitor/responsável. Os aspectos de moradia, segurança, afeto, alimentação e proteção, são alguns dos mais importantes, e é necessário considerá-los relativamente, pois houveram casos em que uma criança morava com a parte que possuía melhores condições econômicas, mas foi observado que por questões afetivas, a outra parte do processo se mostrou mais adequada para exercer a guarda, pois o cuidado afetivo estava trazendo consequências a criança.

Analisando os dados acima relacionados, foi observado diferenças no enfoque das especificidades. As psicólogas procuram relatar e dialogar a respeito do impacto emocional que o litígio e a disputa de guarda têm nas crianças e/ou adolescentes e suas famílias. As assistentes sociais focam nos direitos daquela família, em especial nas crianças e/ou adolescentes. Entretanto, não significa que a assistente social não consiga perceber os conflitos familiares e intervir, e também não significa que a psicóloga não saiba sobre garantia de direitos. A interdisciplinaridade da prática profissional no SERAF mostrou proporcionar aprendizagem mútua entre psicologia e serviço social, sem ferir o que caracteriza cada profissão. Assim, no capítulo 1, Rodrigues (2006) diz que a metodologia do interdisciplinar seria a comunicação entre os saberes através de reflexão e ação conjugada. Isto é fundamental para uma ação verdadeiramente interdisciplinar, nas quais as especificidades profissionais não apenas se juntam para realizar um trabalho, mas sim, pensam juntas, trocam saberes e constroem um produto final conjuntamente. O SERAF se encaixa com essa definição, pois foi percebido que as profissões se enriquecem com o trabalho interdisciplinar.

Questionadas sobre a importância do trabalho interdisciplinar para os processos de Guarda e Responsabilidade, todas as entrevistadas afirmaram que é muito importante o trabalho da psicologia e do serviço social de forma integrada no serviço. As psicólogas responderam que fundamenta o trabalho, traz uma visão ampla da realidade familiar, pois as famílias carregam demandas complexas, e o trabalho interdisciplinar vem somar, sendo um ganho, proporcionando um olhar mais completo da ação dos profissionais, respeitando as especificidades de cada uma das profissões, o que confirma o que foi abordado no capítulo 1 deste trabalho, onde Rodrigues (2006) afirmou que a interdisciplinaridade possui uma relação de integração mútua, nas quais as estruturas de cada uma delas se juntam para uma visão unitária e comum do saber, sem deixar de preservar a especificidade de cada uma.

As psicólogas também ressaltaram a falta que o assistente social faz ao estudo quando é realizado de forma individualizada, pois é como se deixasse de serem aprofundados os aspectos sociais importantes ao parecer, como por exemplo, quando atendem famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, entretanto, sempre procuram elencar tais aspectos e realidade familiar, ainda que sem a profundidade dada pelo assistente social. Além disso, clamam cada vez mais para que o serviço social tenha mais voz no SERAF, pois possuem muito a contribuir, e afirmam que atualmente, isto ocorre de forma mais efetiva. E a psicóloga A novamente relatou a importância das visitas domiciliares e que aprendeu bastante com o serviço social sobre a importância de ver a pessoa “em loco”, e que o assistente social traz uma visão ao atendimento diferenciada daquela do psicólogo. Portanto, as psicólogas disseram que se complementam para atuar nas Ações de Guarda e Responsabilidade, e que seria necessário abranger com outras áreas também, como o direito.

Entre as assistentes sociais, foi relatado o fato das Ações de Guarda e Responsabilidade envolverem famílias, e que para abordá-las, uma formação profissional sozinha seria insuficiente, pois se o foco se volta apenas para a questão psicológica das pessoas em litígio, o profissional atende apenas parte das questões relacionadas à disputa de guarda. E se tais questões não são abordadas, o estudo também se torna incompleto. Desta forma, considerou-se a interação do serviço social e psicologia como fundamental, pois tenta atender a maior parte da demanda das famílias, considerando também a importância da interdisciplinaridade para o trabalho do assistente social não apenas no poder judiciário.

A possibilidade de refletir de maneira ampliada sobre a situação apresentada foi ressaltada como um aspecto relevante pela assistente social C, e o fato de, quando o profissional se especializa em uma área, ele se torna bom em um ponto, entretanto, há uma série de outros que não domina e necessita de outros profissionais para qualificar a atuação conjunta. A troca de conhecimentos é importante para lidar com ações envolvendo famílias, guarda, litígio, percepção de pertencimento daquela criança e/ou adolescente com sua família ou com determinado núcleo familiar. A interdisciplinaridade foi ressaltada como fundamental para garantir que aquela criança e/ou adolescente será atendida por um maior número de áreas do saber, no sentido de ampliar a percepção, além de fortalecer a atuação profissional, percebendo até onde cada um pode ir, o que é dever de um e o que é dever do outro, o que foi relatado por uma assistente social como um contraponto da outra profissão, além da presença de outra especificidade trazer mais segurança ao outro profissional em suas sugestões e procedimentos.



Outro ponto ressaltado pelas assistentes sociais é a questão das famílias perderem o foco sobre os direitos da criança e/ou adolescente por conta do litígio, e faz as psicólogas voltarem o olhar para a separação conjugal, o sentimento de perda, como fica o relacionamento com os filhos após a separação, e o que foi colocado por uma assistente social como breves intervenções terapêuticas realizadas pelas psicólogas, que fazem a família repensar seus padrões para favorecer a criança e/ou adolescente em questão com relação ao emocional desses. Já o serviço social procura perceber mais os aspectos de como estão os contatos com a outra parte interessada na guarda, assuntos referentes à saúde, educação, subsistência, o que foi caracterizado pelo assistente social, como ações socioeducativas. As assistentes sociais ressaltaram a complexidade das relações familiares contemporâneas, e a influência que uma ação judicial de disputa de guarda tem na vida dessas famílias, trazendo mudanças significativas, tanto positivas, quanto negativas. E portanto, por mais que o serviço social tente ampliar seu olhar, sempre são demandados olhares e conhecimentos de outras áreas.

Com a análise dos dados, conclui-se que as especificidades profissionais de ambas formações afirmaram a importância do trabalho interdisciplinar para o SERAF, que a atuação com a outra profissão torna seu trabalho mais qualificado, e possuem claro quais são suas atribuições privativas, portanto, o trabalho conjunto não fere as especificidades de cada área do saber. As psicólogas ressaltaram que os aspectos emocionais e psicológicos se referem a sua área do saber, e os assistentes sociais ressaltaram que os direitos sociais são sua especialidade. Assim, a interdisciplinaridade proporciona interação, troca de saberes e uma atuação uniforme da equipe, pois no SERAF, psicólogo e assistente social possuem as mesmas atribuições e podem trabalhar de forma interdisciplinar decidindo sobre os procedimentos e o parecer a serem construídos conjuntamente.

As entrevistadas foram questionadas a respeito de quais são os critérios de análise para apresentar a sugestão ao magistrado sobre qual a parte que possui condições mais adequadas para obter a Guarda e Responsabilidade. Entre as assistentes sociais, o vínculo e a história da criança e/ou adolescente na família foi relatado pela profissional B por ser importante para perceber como vem sendo cuidado(a) e quais são as vinculações que criou e que mantém até o momento do estudo, para a partir disto, sugerir quem é melhor para obter a guarda, elencando alguns elementos como, a vontade da criança, os vínculos estabelecidos - afetivos, emocionais, socioeconômicos, de proteção, dentre outros - se há riscos em algum dos núcleos familiares – maus tratos físicos e emocionais, ambiente não protetivo, dentre outros fatores -

se as partes são protetivas, e se foi observado que o interesse verdadeiro é no bem estar e construção de uma vida saudável da criança e/ou adolescente, se compreende que a necessidade da participação do outra parte interessada na vida da criança e/ou adolescente é importante.

A assistente social C ressaltou que alguns juízes chegam com um pedido bem claro para que a equipe conclua de forma explícita qual é sua sugestão, o que as famílias também acabam esperando que aconteça, e declarou acreditar que esse não seja o papel do SERAF. A profissional acredita que, na verdade, o serviço é um espaço de reflexão com as famílias, pois essas possuem autonomia para decidirem após as intervenções profissionais, sobre o que acreditam ser a melhor solução para a Guarda e Responsabilidade, principalmente quando envolvem aspectos relacionados a relações conjugais com final conturbado, e as profissionais podem refletir com as famílias que é necessário colocar o bem estar da criança e/ou adolescente à frente dos conflitos. Entretanto, ressaltou que, nos casos mais extremos, as famílias não conseguem chegar a um acordo, especialmente nos casos em que há maus tratos, violência doméstica e/ou sexual, quando o conflito é muito acirrado, as profissionais precisam evidenciar para o juiz que contatos com uma parte pode não ser favorável por oferecer uma relação desprotetiva.

Aspectos relacionados ao acesso das crianças à escola, qualidade de vida, condições da criança e/ou adolescente se desenvolver bem e saudável e a questão daquele que tem ou terá a Guarda e Responsabilidade permitir os contatos com a outra parte que ficará com a Regulamentação de Visitas, foi ressaltado por uma assistente social como critérios para a sugestão da guarda. O fato de muitas famílias chegarem ao SERAF pensando que a Guarda e Responsabilidade é um direito dos genitores ou de quem a deseja obter, é algo colocado pelas profissionais como impedimento ao bem estar das crianças e/ou adolescentes, pois inverte a perspectiva da Guarda como direito destes, tornando o processo como uma competição de quem ganhará seu direito de ser o guardião, sendo que o real direito é das crianças e/ou adolescentes viverem com quem proporciona a garantia de sua segurança, saúde, educação, dentre outros.

Sempre são esclarecidos nos procedimentos que a Guarda é um direito estabelecido no ECA, e portanto, criada como instituto de proteção a esses, e a assistente social ressaltou que o SERAF é um serviço de proteção da criança e/ou do adolescente. Além do fato que a Guarda e Responsabilidade pode ser alterada a qualquer momento, não sendo algo definitivo, tendo em vista a realidade das famílias.

As psicólogas afirmaram que vários aspectos são ponderados para apresentar a sugestão, principalmente os emocionais, sociais, materiais, quem tem mais disponibilidade de acompanhar a criança e/ou o adolescente, um contexto que não ofereça situação de risco, a rede de apoio da família, como é a organização nos contextos materno e paterno, aspectos de proteção e risco em cada contexto, entretanto, foi ressaltado que, cada caso tem suas particularidades. Assim, as profissionais procuram encontrar as possibilidades que cada núcleo familiar possui para atender as necessidades da criança e/ou do adolescente, sendo os aspectos de risco e proteção bastante pontuados e determinantes para apresentar uma sugestão. Sobre a interdisciplinaridade na questão da sugestão ao juiz, cada área traz uma contribuição diferenciada, se complementando, onde nenhuma tem mais peso do que a outra, ou seja, não há hierarquia entre as especificidades.

Assim, analisando os dados, percebe-se que as assistentes sociais consideram importante para a sugestão elencar aspectos relacionados aos direitos e proteção das crianças e/ou adolescentes e também da família desses, como aspectos que envolvem necessidades básicas de segurança, proteção, saúde e educação, ou seja, a sugestão da guarda volta-se para quem procura e se preocupa em garantir os direitos das crianças e/ou adolescentes. As psicólogas consideram os aspectos de proteção e necessidades emocionais e afetivas, pontuando os riscos que o litígio proporciona às famílias, e principalmente, às crianças e/ou adolescentes, ou seja, a sugestão da psicologia no SERAF está voltada a quem procura prover uma saúde emocional das crianças e/ou adolescentes em meio ao litígio, evitando conflitos, e mostrando-se cuidadoso e provedor das suas necessidades básicas. Entretanto, o parecer não traz as informações de forma separada, o que permite que a conclusão seja homogênea e unificada.

Com relação se há diferenças entre as percepções das assistentes sociais e das psicólogas para apresentar a sugestão, as psicólogas afirmaram que, no geral, não observam diferenças, que sempre buscam chegar a um consenso, nos quais poucas vezes houveram divergências de opiniões. Ressaltaram que há casos em que os aspectos desprotetivos emocionais são mais evidentes, mas isso não gera diferenças nas conclusões das profissionais por ser uma área que se refere mais à psicologia. As assistentes sociais disseram que dificilmente ocorrem diferenças na concordância na conclusão e escrita do parecer, mas há diferenças na forma de abordagem de cada uma das áreas. Afirmou-se que o serviço social e a psicologia se completam, muito mais do que de diferenciam, e que as profissões identificam conjuntamente os elementos necessários para situar ao juiz como está a família no momento

do estudo. Foi apontado pela assistente social A, a questão do parecer do SERAF ser escrito totalmente pelas duas especificidades, no qual não há espaço separado para as conclusões de cada uma das especificidades, fato que é questionado pelo CFESS na resolução 557/2009, abordado no capítulo 1. Apesar de ser escrito de forma interdisciplinar, a profissional afirmou que cada um sabe qual deve ser o seu olhar e suas atribuições, procurando elencar no parecer os pontos de vista que cada uma das profissões obteve, embora não seja colocado que as profissionais devem deixar isto bem separado, e que sempre busca colocar citações da área do serviço social em seus pareceres quando atua sozinha, citando mais a psicologia quando tem psicólogo como dupla.

Desta forma, pode-se concluir a partir dos dados acima apresentados que, no que se refere às diferenças nas percepções e na sugestão do parecer, que o serviço social e a psicologia não costuma divergir sobre quem será o guardião, havendo apenas diferenças nas percepções por conta das abordagens e teorias, e também por conta da especificidade de cada. Isso pode apontar que as profissionais do SERAF buscam trabalhar de forma conjunta em seus os procedimentos, o que torna a ação verdadeiramente interdisciplinar, ou seja, não há apenas duas profissões que atuam com uma mesma demanda, mas sim, duas profissões que decidem, abordam, planejam e intervêm juntas.

Sobre a metodologia da equipe do SERAF, as profissionais responderam que os casos são distribuídos em individuais e duplas, mas que o objetivo institucional é de que sejam interdisciplinares, entretanto, a grande demanda e a cota mensal de casos atendidos pelo SERAF exigida das profissionais não permite que todos sejam em dupla. As profissionais atendem, em média, três processos de forma individual e três processos em duplas por mês, e às vezes, as duplas são formadas por duas profissionais de mesma especificidade. As entrevistas realizadas no Fórum são o procedimento principal e realizado por todas as profissionais, nas quais são chamados a participar, na primeira data, as partes interessadas – requerente e requerido; no segundo, a criança e/ou adolescente, juntamente com aqueles identificados como pessoas que participam da rotina de cuidados; e no último atendimento, é feito uma devolução ao requerente e requerido, com intervenções mais pontuais sobre o que os profissionais perceberam. Entretanto, foi pontuado que isto não é uma regra, ou seja, há casos que necessitam de mais encontros. As visitas domiciliares e institucionais são realizadas somente quando as profissionais entendem ser necessário. As assistentes sociais relataram que realizam no primeiro atendimento, uma escuta mais livre da história das famílias, para obter um primeiro panorama da situação. Relataram que a visita domiciliar é muito rica para o

estudo, e que para atender crianças, as atividades lúdicas como desenhos e colagens são utilizadas, e com as famílias, a técnica do genograma é importante para conseguir ampliar a visão das relações familiares.

Quanto à perspectiva teórica adotada pelo SERAF, a perspectiva sistêmica novo-paradigmática, observa-se a fala da assistente social A:

“Eu, como assistente social, tenho a dialética que vem do serviço social. Boa parte dos psicólogos são sistêmicos, e quando vai escrevendo o parecer vai percebendo as diferenças, mas é preciso respeitar a teoria do outro, mesmo eu não sendo sistêmica, para estar trabalhando com famílias busco ampliar meu olhar com a sistêmica. A gente usa de outras abordagens, mas cada um tem a sua, sua essência da formação, e o marxismo é referência para quase todos os assistentes sociais, mas não é algo fechado, sempre contribuem com outras, outras linhas, e analisar apenas correlações de força, as vezes não responde a demanda judicial.”

Ou seja, a metodologia do SERAF é comum para ambas as especificidades, na qual assistente social e psicólogo possuem as mesmas atribuições, realizam os mesmos procedimentos e utilizam os mesmos instrumentais, com exceção de técnicas específicas da psicologia, como os análises de desenhos feitos por crianças. Com relação à perspectiva teórica, embora a sistêmica seja a referência, os profissionais buscam embasamento em outras teorias que podem auxiliar em suas percepções e escrita do parecer.

As entrevistadas citaram exemplos de famílias atendidas por dupla interdisciplinar, e foram escolhidos dois exemplos, um de uma assistente social e outro de uma psicóloga. A fala da assistente social B foi:

“Um senhor que saiu da prisão há uns dois meses e não via o filho há um ano e oito meses. Ai, ele veio para o atendimento, e ele disse que tinha uma vontade legítima de ter contato com o filho. Fomos analisar as possibilidades de contatos com esse filho. Porque esse ex-presidiário não estava trabalhando? Não é uma questão simples de não querer trabalhar, era porque ele estava vivenciando todo o estereótipo de um ex-presidiário. Ele não tinha rede de proteção familiar nem social, não tinha nem um órgão acompanhando ele, atendendo ele, mas ele tinha um carinho enorme pelo filho, mas tinha dia que não comia em casa, não conseguia comer, no jantar, pedia para alguém, então, como ele ia receber essa criança, se não conseguiria oferecer nem a comida. Só que ambos tinham vontade de se ver. Ai, o serviço social fez encaminhamentos muito específicos pra ele, para agência do trabalhador, a rede da cidade, a rede local, um assistente social específico lá, que estava pronto para recebê-lo para fazer análise socioeconômica, inserir ele em programas de transferência de renda, de qualificação, acompanhar esses resultados, pra que ele tivesse possibilidade prática e objetiva. E ai, encaminhamos ele pro CAPS, contamos que ele usava drogas, mas isso tava controlado, mas naquela situação ele tava em risco novamente, sem recursos, sem apoio. O fortalecimento e empoderamento para ser recebido pelo filho foi feito mais por mim. O psicólogo identificou essa demanda do filho de ter o contato com pai, por intermédio de desenhos e outras técnicas da psicologia, para ver se tinha prejuízo de não ter contato, se a criança participou muito dos conflitos entre pai e mãe a ponto de ter muitas barreiras de encontrar o pai. Verificou que não tinha muitas barreiras, mas era necessário reaproximação em contexto terapêutico.”

O exemplo da psicóloga B foi:

“Atendi com uma assistente social, eu lembro que era uma família que tinha situação de violência familiar, contexto de risco grande para as crianças, e não foi possível fazer um estudo completo, por conta do tempo. Mas por conta do olhar do assistente social, percebemos quanto à questão da vulnerabilidade socioeconômica da família que também estava refletindo no que a família estava vivenciando nas situações de violência, e que não bastava somente uma decisão quanto a guarda, a família precisava ser cercada de outros cuidados, e eu acho que a assistente social contribuiu muito, nesse contexto mais amplo, macro, de não olhar apenas pro indivíduo, da subjetividade de cada um dos membros da família, só para relação familiares, percebendo o contexto social mais amplo. Era uma família bem paupérrima mesmo, viviam em uma invasão, não tinham muitas condições, tinha envolvimento com tráfico também, mas a gente não tinha muitos recursos disponíveis, e a assistente social ajudou a articular um pouco com a rede.”

Desta forma, percebe-se que nos dois exemplos, a assistente social se preocupou com aspectos sociais que podem empoderar e fortalecer a família, não apenas para o contexto da disputa de guarda, mas também em um sentido mais amplo, realizando intervenções que podem contribuir para família em outras relações sociais. A psicóloga foca suas intervenções nos sofrimentos emocionais da família com o litígio, preocupando-se em identificar consequências psicológicas nos envolvidos com relação às situações de risco que identificou.

Com o intuito de saber o que as assistentes sociais e psicólogas acreditam ser a especificidade de cada profissão no SERAF, foi questionado quais são as similaridades e se há divergências nas opiniões, no momento das sugestões e nos procedimentos adotados. As entrevistadas afirmaram que há especificidades, e que as duas profissões se diferenciam por conta de suas bases teóricas. Embora a equipe toda possua o mesmo objetivo, que é buscar o melhor para a criança e/ou adolescente, como já foi relatado nesse capítulo, as especificidades separam os pontos de vista, o olhar de cada profissional.

Entre as assistentes sociais, a profissional A relatou que as questões relacionadas às contradições do capitalismo, famílias de baixa renda, manifestações da questão social, necessidades básicas de saúde e educação, também são foco do olhar do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade, por estarem relacionadas à especificidade do serviço social, às atribuições do assistente social regidas pelo Código de Ética Profissional e ao currículo acadêmico. E a especificidade da psicologia no SERAF, na visão das assistentes sociais, está no olhar voltado para os sofrimentos emocionais da família em meio ao litígio de guarda, questões de separação e divórcio conjugais, relações familiares conturbadas, dentre outros aspectos. Assim, as assistentes sociais disseram que os procedimentos adotados são iguais no momento de abordar a família, mas diferentes na interpretação do caso, na qual cada especificidade evidencia o que pertence à sua área de atuação.

A assistente social C disse que a similaridade está no posicionamento das profissionais durante a passagem do processo pelo SERAF, na qual a equipe possui um respeito pelo

momento que as famílias se encontram, com dificuldades sociais e emocionais, ambos buscando mostrar às famílias que o SERAF é um espaço de construção conjunta entre profissionais e jurisdicionados para o melhor à criança e/ou adolescente. Quanto às técnicas utilizadas, a assistente social B afirmou que há algumas específicas da psicologia, principalmente relacionadas ao atendimento das crianças:

“Tem umas coisas que são muito específicas, que eu discordo quando alguns colegas tentam usar, se tentar. Existem coisas como análise do desenho, métodos específicos da psicologia. A criança fazer um desenho: se quiser fazer como aproximação da criança, aí tudo bem, se quiser fazer pra depois me contar alguma coisa. Agora se eu vou usar pra fazer análise dos traços da personalidade a partir do desenho, aí, eu não sou especializado pra isso, não acho que é nossa praia. Se eu for usar coisas muito da psicologia, eu acho que é específico deles. Eu não posso fazer. Risco profissional pra mim, pra eles não, usam citação, que é baseado em métodos científicos, estudos, e não seria adequado eu usar”.

E quanto aos procedimentos metodológicos do serviço social, como a visita, esta não é privativa do assistente social, e as psicólogas do SERAF a incorporaram, mas com seu olhar profissional. Quanto aos encaminhamentos à rede, o serviço social possui mais conhecimento e familiaridade na área, embora a prática interdisciplinar proporcione as trocas de conhecimento a respeito disto, no qual as psicólogas acabam por aprender com as assistentes sociais. Assim, as assistentes sociais afirmaram que as duas profissões se complementam com suas especificidades para atuar nas Ações de Guarda e Responsabilidade.

As psicólogas também afirmaram a complementaridade na ação profissional, na qual o fazer e a perspectiva são os mesmos, mas o olhar de cada profissão é diferente, mas não divergente. Segundo as psicólogas, as divergências, embora muito raras de acontecer, são entre os profissionais em geral, ou seja, podem acontecer entre psicólogos ou entre assistentes sociais que estão atendendo um mesmo caso, e não recordam de divergências por conta das especificidades, e sim, por diferenças nas percepções, olhares e opiniões.

As psicólogas afirmaram recorrer às assistentes sociais em seus casos individuais quando se deparam com aspectos de políticas públicas, encaminhamento para a rede e situações de risco social. A psicóloga B disse que a única divergência que observa se refere à construção do parecer, pois alguns juízes requerem uma conclusão clara e objetiva quanto a quem deva ter a guarda, e algumas profissionais divergem quanto a isso, ou seja, uns acreditam que o SERAF deve apenas relatar o estudo, os fatores de risco e proteção, ficando a decisão apenas ao juiz, no qual o profissional não apresenta uma conclusão direta, uma sugestão.

Portanto, as profissionais afirmam que há uma especificidade de cada profissão no SERAF, que acontece por conta de suas bases teóricas e características. A especificidade do

assistente social está no seu olhar mais apurado para a garantia de direitos, o que pode ser relacionado com o que foi citado no capítulo 1, no qual Pocay e Alapanian (2006) afirmam que os assistentes sociais ocuparam cada vez mais espaços nos Tribunais, pois possuem um saber específico sobre as demandas das relações sociais, familiares e problemas sociais enfrentados nas ações que chegam ao judiciário. Mas, embora existam especificidades, há também similaridades. Ambas as profissões buscam perceber a dinâmica familiar e sua organização cotidiana, as situações de risco apresentadas, procuram identificar as características de um ambiente protetivo e seguro para crianças e/ou adolescentes, buscando encontrar juntos a alternativa mais adequada para a definição da guarda.

As profissionais responderam perguntas a respeito das ações terapêuticas, com relação à Resolução 569/2010 do CFESS, abordada no capítulo 1. Sobre o que entendem por ações terapêuticas, as assistentes sociais responderam, no geral, que são aquelas focadas nas sensações e vivências dos indivíduos, nos ramos da perspectiva comunitária, familiar ou individual. Entretanto, as assistentes sociais ressaltaram a diferença entre ações terapêuticas e terapia. A terapia, segundo as assistentes sociais do SERAF, é algo que exige formação específica, mesmo após uma graduação em psicologia, e tem como objetivo encontrar com aqueles que a procuram, mecanismos de superação do problema, através de encontros, geralmente durante vários meses.

Já com relação às ações terapêuticas, houve divergências de opiniões. A assistente social C afirmou que pode realizar ações terapêuticas no fortalecimento do indivíduo por meio de intervenções sobre seus direitos, sobre possibilidades a respeito da situação apresentada, através de esclarecimentos, sendo terapêutico para o usuário, trazendo mudanças e empoderamento a sua vida. A assistente social B afirmou que o termo terapêutico não se encaixa com o atendimento prestado por um profissional do serviço social, pois não é sua atribuição tratar de demandas de cunho individual, de sofrimentos emocionais, embora possam surgir durante o atendimento. Afirmou que o serviço social deve potencializar os direitos sociais e coletivos, ao invés de trabalhar na perspectiva do problema e mente dos usuários. Por outro lado, a assistente social A afirmou que as psicólogas do SERAF são as únicas que realizam intervenções terapêuticas, mas de forma breve, pois não é atribuição do serviço realizar terapias, e que as intervenções das assistentes sociais se caracterizam como socioeducativas. Ressaltou também que é esclarecido às famílias, durante o primeiro atendimento, que o SERAF não possui poder de decisão e não é um espaço de terapia, e sim, espaço de diálogo.



As psicólogas também observaram a diferença de terapia e ações terapêuticas, e que o SERAF realiza apenas algumas intervenções pontuais, por não ser tarefa do serviço realizar terapia, e se fosse, seriam necessárias adaptações quanto a demanda de processos por mês, aumento da equipe e duração do estudo psicossocial. A fala da psicóloga C foi:

“É diferente de terapia (ações terapêuticas). Fazemos algumas intervenções pontuais, algumas reflexões. O parecer tem caráter interventivo, quando a família tem acesso a ele, pode refletir sobre aquilo, reelaborando suas vivências, procurando novas alternativas, e estamos aqui para ajuda-los a ampliar o olhar além do litígio, para procurar construir novas possibilidades e ser protagonista das decisões. Não é terapia.”

A fala da psicóloga aponta que o SERAF tem uma natureza interventiva e que um esclarecimento sobre como funciona uma Ação de Guarda e Responsabilidade pode sanar dúvidas e ser terapêutico para uma família em sofrimento.

A psicóloga D ressaltou que a terapia não é prática exclusiva e privativa da psicologia, e a psicóloga B afirmou que a teoria sistêmica familiar surgiu com a sociologia, e que há terapeutas de família que são assistentes sociais, como por exemplo, Monica McGoldrick, importante referência bibliográfica na área da terapia familiar. Abordou também a questão que várias ações podem ser terapêuticas para um indivíduo ou família, e não precisam ser realizadas por um psicólogo.

Já a psicoterapia possui regras, métodos, e são realizadas em contextos específicos e por psicólogos ou por alguém com curso específico para atuar na área. A psicóloga B citou o psicodrama, uma técnica utilizada no SERAF em alguns procedimentos ou quando o profissional que possui curso deseja utilizar, que pode ser feita por qualquer área profissional, como a psicologia, serviço social, pedagogia, como técnica para atender grupos, proporcionando dramatização e percepção contextual.

As entrevistadas foram questionadas se são realizadas tais ações terapêuticas no SERAF e se o assistente social realiza. A assistente social C respondeu que não é o objetivo do serviço, embora busquem acolher o sofrimento das famílias, podendo ocorrer ações terapêuticas, mas não no sentido de terapia. O parecer é terapêutico para as famílias através dos efeitos que gera na decisão no juiz, e consequentemente na vida das famílias, no fortalecimento do núcleo familiar. A assistente social D afirmou que o SERAF pode realizar, mas ela, como assistente social, não realiza, pois não é seu papel e não possui formação necessária para isto. Quando tem dúvidas, recorrem à supervisão e às psicólogas, pois sabe dos limites de sua prática e que o serviço social possui metodologia, teoria e atribuições suficientes para atender famílias, sem precisar recorrer à outras. A assistente social A ressaltou que sua intervenção é socioeducativa.

As psicólogas ressaltaram que, no sentido de algo se tornar terapêutico, dependendo de cada indivíduo e família, o SERAF realiza tais ações, incluindo assistentes sociais. As demandas que observam a necessidade de acompanhamento terapêutico são encaminhadas para a rede de instituições especializadas. A psicóloga D ressaltou que é preciso sempre ter atenção aos objetivos do SERAF, restringindo as ações para buscar cumpri-los, não realizando terapias.

Com relação à resolução 569/2010 do CFESS, foi questionado apenas às assistentes sociais, qual sua opinião a respeito. A maioria delas disse concordar com a resolução, pois na forma que é descrito, realmente não é atribuição do assistente social tal prática. A assistente social B disse ser um pouco equivocada, pois se um assistente social faz um curso de terapia, ele tem seus conhecimentos do serviço social somados, com uma nova perspectiva, e assina como assistente social, devendo ter consciência do que lhe é privativo.

Assim, todas as assistentes sociais conheciam a resolução, e observou-se que, no sentido da Resolução do CFESS do que é proibido ao assistente social em terapias, nenhum desses apresentou nas falas indícios que pratique terapia, apesar de não ser unânime sua aceitação. Ambas as especificidades compreendem que o SERAF não é espaço para tal prática, nem mesmo a ser realizada por psicólogos. Entretanto, no sentido do SERAF realizar intervenções, que podem ser terapêuticas para as famílias, para aliviar sofrimentos advindos das relações familiares que estão disputando a guarda na justiça, as entrevistadas afirmaram, no geral, que o serviço realiza tais ações, inclusive as assistentes sociais. Isso pode apontar para algo que é resultado do trabalho interdisciplinar, pois as assistentes sociais, trabalhando em um campo que é permeado de conflitos familiares pós separação conjugal, algo que possui mais consequências de ordem emocional, sente necessidade de acolher as famílias e aliviar seus sofrimentos por meio de suas orientações e intervenções, o que traz uma visão de que sua ação pode ter resultados terapêuticos. O que, todavia, não contradiz o estabelecido na Resolução 569/2010 do CFESS e na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/93).

## **Considerações finais**

O trabalho realizado por assistentes sociais e psicólogos no SERAF demanda não apenas a solicitação de assessorar os magistrados das Varas de Família em suas decisões, mas também intervir com famílias judicialmente assistidas, que na maioria das vezes, mostram-se fragilizadas com o conflito acirrado em que se encontram. As crianças e adolescentes envolvidos enfrentam consequências emocionais e sociais, e precisam de uma equipe interdisciplinar capaz de identificar seus direitos e a garantia que a melhor alternativa para a guarda seja pensada no espaço de diálogo do SERAF.

Desta forma, esse trabalho relatou os limites e possibilidades da prática profissional interdisciplinar do assistente social no SERAF, como o aprimoramento que esta prática entre serviço social e psicologia proporciona ao atendimento a famílias com Ações de Guarda e Responsabilidade e os questionamentos que tal prática gera nos profissionais, no sentido de saber qual é o seu papel específico no âmbito de atuação do SERAF.

Quanto o atendimento aos princípios e objetivos do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/93), as assistentes sociais, por meio de suas falas, evidenciaram serem atentos a esses, de forma a não ferir a especificidade do outro, e serem cuidadosas com o alcance de seus objetivos como assistente social. Apesar de não ser unânime a aceitação da resolução 569/2010 do CFESS sobre práticas terapêuticas, as assistentes sociais entrevistadas não realizam terapias em sua prática profissional no SERAF. É necessário ressaltar a importância de discutir mais sobre práticas terapêuticas no serviço social, que está ligada diretamente a interdisciplinaridade entre serviço social e psicologia, pois gera dúvidas principalmente nos profissionais que trabalham em equipes psicossociais.

Os assistentes sociais, embora empregados do Poder Judiciário, que é uma instituição tradicional e de poder estatal, sempre buscam acolher as famílias, não deixando de lado seus princípios norteadores dos Códigos de Ética Profissionais de cada especificidade profissional. Assim, percebeu-se com os relatos das profissionais que há uma especificidade de cada profissão no SERAF, que acontece por conta de suas bases teóricas e características.

As características encontradas que reforçam o fato do SERAF ser composto por equipe interdisciplinar foram a ação profissional que busca trabalhar de forma conjunta em seus os procedimentos, tomando decisões conjuntamente, interagindo, trocando conhecimentos,

reforçando a importância desse trabalho para as Ações de Guarda e Responsabilidade e buscando aperfeiçoar-se para trabalhar interdisciplinarmente.

Assim, a hipótese inicial foi comprovada, pois a interdisciplinaridade mostra-se fundamental para atender as demandas das Ações de Guarda e Responsabilidade, qualifica os atendimentos e não fere as especificidades de cada profissão. Isso foi evidenciado nas análises e conclusões realizadas no capítulo 3. Tal trabalho é de suma importância para os magistrados decidirem sobre os processos de guarda, sendo um auxílio especializado e adequado.

Considera-se a produção bibliográfica sobre o trabalho do assistente social com Ações de Guarda Responsabilidade ainda escassa, o que aponta a necessidade de mais estudos e pesquisas produzidas não só pelos profissionais, mas também pela academia. Observou-se a existência de lacunas no assunto, mostrando a importância de novas pesquisas sobre interdisciplinaridade entre serviço social e psicologia no Poder Judiciário, principalmente nas ações judiciais de disputas de guarda, na qual foi observada a existência em maior parte de pesquisas realizadas por psicólogos, e o serviço social pode vir a contribuir mais, trazendo sua perspectiva e métodos teórico metodológicos.

## Referências bibliográficas

ALAPANIAN, Silvia; SACREMENTO, Cíbele Harnisch do; & SANTOS, Amanda de Barros. *O serviço social no sistema sócio-jurídico paranaense*. In: Vol. 8, nº 2, jan./jun. 2006, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/>> Acesso em: janeiro/2013.

ALBERGARIA, J. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

BARISON, Monica Santos. *O trabalho do assistente social no poder judiciário: a realização do estudo social e elaboração do parecer técnico*. In: Cadernos UniFOA, edição nº6, abril de 2008. Disponível em: < <http://www.foa.org.br/cadernos/>>. Acesso em: fevereiro/2013.

BELLO, Roberta Alves. *Guarda alternada versus guarda compartilhada: vantagens e desvantagens nos processos judicializados de continuidade dos laços familiares*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/>>. Acesso em fevereiro/2013.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em dezembro/2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em dezembro/2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em dezembro/2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Código dos Menores; Consolida as leis de assistência e proteção a menores*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em janeiro/2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei 3.754 de 14 de abril de 1960. Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em janeiro/2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei 11.697 de 13 de junho de 1960. Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em janeiro/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 10.406 10 de Janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em janeiro/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em dezembro/2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei 8662/93 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em janeiro/2013.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. *O serviço social e a interdisciplinaridade*. In Proceedings of the 4th. Congresso Internacional de Pedagogia Social IV Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2012, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br>> Acesso em: janeiro de 2013.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Família e proteção social*. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 2, Junho, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em janeiro/2013.

CARLOS, Jairo G. *Interdisciplinaridade: o que é isso?* In: Interdisciplinaridade no ensino médio: desafios e potencialidades. 2010. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/>>.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *O lugar da família na política social*. In: A família contemporânea em debate. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.) – São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. *Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social*. In: Rev. katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, June 2010. Disponível em: <[www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br)> Acesso em: janeiro/2013

CASTRO, Marina Monteiro de Castro. *Políticas sociais e famílias*. In: Revista Libertas, vol. 3, n.1. dez. 2008. Disponível em: <[www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br)> Acesso em: janeiro/2013.

CFESS. *Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: dezembro/2012.

\_\_\_\_\_. Resolução 569/2010. *Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social*. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: novembro/2012.

\_\_\_\_\_. Resolução 557/2009. *Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais*. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: novembro/2012.

COLCERNIANI, Claudia Borges. *Família monoparental feminina e guarda dos filhos: o que pensam os juízes de direito das varas de família*. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em psicologia do trabalho e das organização como requisito para o grau de Mestre em psicologia. Unibersidade de Brasília, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. 1996. Disponível em: <<http://www.cepih.org.br/>> Acesso em abril/2013.

CONSELVAN, Victor de Almeida. *O papel político do Poder Judiciário brasileiro no século XXI*. In: Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, Umuarama, v.13, nº1, p.127-147, jan./jun. 2010. Disponível em: <[www.revistas.unipar.br/juridica](http://www.revistas.unipar.br/juridica)> Acesso em dezembro/2012.

COSTA, Liana Fortunato. *A perspectiva sistêmica para a Clínica da Família*. In: Psicologia.: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. spe, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em março/2013.

COUCEIRO, Julio Cezar. *Princípio da Separação de Poderes em corrente tripartite*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/>>. Acesso em dezembro/2012.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELMANN, Arno. *A psicologia da gestalt e a ciência empírica contemporânea*. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v. 18, n. 1, Apr. 2002. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: março/2013.

FRAGA, Cristina Kolgeski. *A atitude investigativa no trabalho do assistente social*. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em janeiro/2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Afirmção e negação do sujeito*. 2009. Disponível em: <http://praticasterapeuticas.blogspot.com.br/>. Acesso em: outubro/2012.

FÁVERO, Eunice Teresinha. *Serviço Social, práticas judiciais, poder: implantação e implementação do serviço social no Juizado da Infância e da Juventude de São Paulo*. São Paulo: Veras Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Instruções sociais de processos, sentenças e decisões*. In: CFESS; ABEPSS.. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.. 1ª ed. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009, v. 1.

FÁVERO, Eunice T.; MELÃO, Magda Jorge R. e JORGE, Maria Rachel T. *O serviço social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos*. 4ª Ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

FONSECA, Claudia. *Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica*. In: Rev. Saúde e Sociedade. Vol.14, n.2, pp. 50-59, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: dezembro/2012.

\_\_\_\_\_. Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Cadernos Pagu, Campinas, n. 29, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em dezembro/2012.

FUZIWARA, Aurea S. *Contribuição do assistente social para a justiça na área da infância e da juventude: o laudo social e a aplicação da lei – encontros e desencontros*. Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br> Acesso em: novembro/2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Ed. Atlas : 1994.



GROHMANN, Luís Gustavo Mello. *A separação dos poderes em países presidencialistas: A América Latina em perspectiva comparada*. In: Revista Sociologia e Política, Curitiba, nº17, p. 75-106, Nov. 2001. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em dezembro/2012.

JESUS, Cristiane da S.; ROSA, Karla T. e PRAZERES, Greicy Gandra S. *Metodologias de atendimento à família: o fazer do assistente social*. In: Acta Scientiarum. Health Sciences. Vol. 26, nº. 1, p. 61-70, 2004, Maringá. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/> > .

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *Em busca de Informações*. In : A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEITE, Aline Ferreira D. *A disputa pela guarda dos filhos e a guarda compartilhada: a atuação dos assistentes sociais judiciais*. Dissertação de Pós-graduação de Mestrado de Serviço Social - PUC-SP. 2010. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br>> .

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?*. In: Rev. Saúde e Sociedade. Vol.3, n.2, pp. 42-63, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>.

OLIVEIRA, Aunea Cibelle de; SANTOS, Kallyne de Moraes; SILVA, Maria das Graças Ferreira da; & BENEDITO, Joronete de Carvalho. *As “práticas terapêuticas” ou “serviço social clínico”: uma retomada das ideias conservadoras da profissão*. In: Cadernos de Graduação: Ciências humanas e ciências sociais fits. Volume 1, nº 1, p.23 a 30, Nov. 2012, Maceió. Disponível em: <https://www.periodicos.set.edu.br/> Acesso em: janeiro/2013.

PAIVA, Sabrina Pereira. Famílias e vulnerabilidade: retratos e representações sociais. In: revista Libertas, vol. 3, n.1. dez. 2008. Disponível em: <[www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br)> Acesso em: janeiro/2013.

PEIXINHO, Manoel Messias. *O princípio da separação dos poderes, a judicialização da política e direitos fundamentais*. In: Revista de Direitos e Garantias fundamentais, Vitória, nº 4, p. 13-44, jul./dez, 2008. Disponível em: <http://www.fdv.br/sisbib/> Acesso em dezembro/2012.

POCAY, Maria Conceição Hansted & ALAPANIAN, Silvia. *A apropriação do saber profissional do assistente social no poder judiciário*. In: Serviço Social em Revista. Vol. 8, nº 2, jan./jun. 2006, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas>>/ Acesso em: janeiro/2013.

POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade e integração dos saberes*. In: Liinc em Revista. Vol. 1, nº 1, pp. 3-15, março 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. Ed. Atlas : 1989.

RODRIGUES, Maria de Sousa. *Intervenção profissional e interface entre assistentes sociais e operadores de Direito nos Núcleos de Prática Jurídica*. Pós-graduação em serviço social – PUC-RS, 2006. Disponível em: <<http://tede.pucrs.br/>> . Acesso em: outubro/2012.

RODRIGUES, Daniela de Mendonça; LIMA, Helenice Gama Dias de. *Intervenções sistêmicas em um contexto de decisão*. In: Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da justiça. TJDFT, Brasília, 2003. Disponível em: <[www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)> Acesso: Fevereiro/2013.

SÁ, Eduardo Bruno do L. de. *Acesso à justiça e juizados especiais cíveis*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade de Brasília para obtenção do título de bacharel em Direito. Brasília, 2011. Disponível em: <[www.bdm.bce.unb.br](http://www.bdm.bce.unb.br)> Acesso em: dezembro/2012.

SADEK, Maria Tereza. *Judiciário: mudanças e reformas*. In: Estudos avançados., São Paulo, v. 18, n. 51, Aug. 2004 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: novembro/2012.

SARTI, Cynthia A. *Família e individualidade: um problema moderno*. In: A família contemporânea em debate. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.) – São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.

SCHIBELSKY, Simone Michele de O. *A abordagem do tema família nas políticas sociais de educação, saúde e assistência social*. Dissertação de pós-graduação em serviço social e política social – UEL, Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/>>. Acesso em: novembro/2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. *TJDFT: história e trajetória*. Disponível em: <[www.tjdft.jus.br/publicacoes](http://www.tjdft.jus.br/publicacoes)> Acesso em: janeiro/2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. *Resolução 06, de 17 de abril de 2012. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Tribunal de Justiça*

*do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT*. Disponível em: [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br) Acesso em: janeiro/2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. *Práticas Psicossociais no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios*. 2007. Disponível em: [www;tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br) Acesso em: janeiro/2013.

## **Anexos**

### **Anexo 1 – Roteiro para entrevistas**

#### **Perguntas para psicólogos e assistentes sociais:**

1) Sexo:

( ) feminino ( ) masculino

2) Idade:

( ) 20 – 25 ( ) 26 – 30 ( ) 31 – 35 ( ) 36 – 40 ( ) 41 – 45 ( ) 46 – 50 ( ) 51 – 55

( ) 56 – 60 ( ) 61 – 65

3) Qual a sua formação?

4) Possui alguma formação complementar? (especialização, mestrado, doutorado, outros (quais?)).

5) Há quanto tempo exerce a profissão?

6) Há quanto tempo trabalha no SERAF?

7) Qual o objetivo do SERAF?

8) Nas ações de Guarda e Responsabilidade, o que é importante considerar para o processo de intervenção profissional?

9) Quais os critérios de análise para considerar quem é a parte escolhida no processo para obter a Guarda e Responsabilidade da criança e/ou adolescente? (Há diferenças de percepção entre assistentes sociais e psicólogos? Quais?)

10) Qual o objetivo da equipe do SERAF nas ações de Guarda e Responsabilidade? (Garante direitos? Quais? De quem? Há diferenças entre objetivos para assistentes sociais e para psicólogos?)

11) Qual a metodologia adotada pela equipe de trabalho do SERAF? (trabalho individual/trabalho interdisciplinar. Entrevista? Visitas? Grupos? O que é feito junto de maneira interdisciplinar e o que é feito separado?)

- 12) Há algum documento do SERAF que normatiza quais as funções do assistente social e do psicólogo? Tais funções atendem suas expectativas profissionais?
- 13) Você buscou alguma formação complementar e/ou buscou algum assunto para atuar no SERAF? Quais?
- 14) Você considera que o trabalho interdisciplinar é importante nos casos de Guarda e Responsabilidade? Por quê?
- 15) Você percebe uma especificidade do fazer profissional do assistente social e do psicólogo nas ações de guarda e responsabilidade realizadas no SERAF? (Quais são? Ou são similares? O que um faz o outro faz também? O olhar é o mesmo? Vocês têm as mesmas opiniões? Há divergências?)
- 16) Você pode citar um exemplo de ação profissional do assistente social e do psicólogo em um caso de Ação de Guarda e Responsabilidade realizada no SERAF? (Aqui busca-se um link com a pergunta 15 – se é similar ou tem diferenças?)
- 17) São utilizadas ações de cunho terapêutico no atendimento prestado pelo SERAF?
- 18) O que você entende por ações terapêuticas?
- 19) O assistente social tem desempenhado tais ações no SERAF?
- 20) (Só para assistente social) O que acha da Resolução nº 569 de 2010 do CFESS que veda a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social?

## **Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*‘O filho fica com quem?’ - O trabalho interdisciplinar do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF no Fórum de Taguatinga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF*” de responsabilidade de Sara Frota Portela, aluno(a) de graduação da Universidade de Brasília, sob orientação da profª Priscilla Maia de Andrade. O objetivo desta pesquisa é relatar os limites e possibilidades do trabalho interdisciplinar do assistente social no SERAF, a partir dos relatos de técnicos e literatura do Serviço Social.

Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do e-mail *sara.portela11@hotmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de envio através de e-mail e versões impressas, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH *cep\_ih@unb.br*.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

---

Assinatura do (a) pesquisador (a)

---

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

### Anexo 3 - Parecer CEP/IH – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS / UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA / CAMPUS



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ¿O filho fica com quem? ¿O trabalho interdisciplinar do assistente social nas Ações de Guarda e Responsabilidade do Serviço de Atendimento a Famílias com Ação Cível ¿ SERAF no Fórum de Taguatinga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios ¿ TJDF

**Pesquisador:** Priscilla Mala de Andrade

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 09550312.5.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências Humanas (IH)

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 187.027

**Data da Relatoria:** 14/12/2012

##### Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa busca relatar os limites e possibilidades do trabalho interdisciplinar do assistente social no Serviço de Atendimento a Famílias com Ação Cível (SERAF) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) de Taguatinga ¿ DF. Para tal irá fazer uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas: interdisciplinaridade, serviço social no judiciário, família, em especial as ações de guarda, bem como coletar dados sobre o cotidiano profissional no referido Serviço, por meio de entrevistas semi-estruturadas, com assistentes sociais e psicólogas/os, tendo por objetivo analisar as dinâmicas do trabalho interdisciplinar e as particularidades da ação profissional do assistente social nesse campo de atuação.

##### Objetivo da Pesquisa:

###### Objetivo Primário:

Constitui objetivo geral do presente projeto relatar os limites e possibilidades do trabalho interdisciplinar do assistente social no SERAF, a partir dos relatos de técnicos e literatura do Serviço Social.

###### Objetivo Secundário:

Para o alcance deste objetivo geral, propõem-se ao longo da pesquisa, responder aos seguintes

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - IOC ¿ ALA NORTE ¿ MEZANINO ¿ SALA B1 ¿ 606 (MINHOÇÃO)  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3307-2760 E-mail: ihd@unb.br



**objetivos específicos:**

- analisar a literatura e documentos normativos do Serviço Social sobre o trabalho Interdisciplinar e sobre ação profissional do assistente social no Judiciário.
- Identificar as atribuições Institucionais colocadas ao assistente social e comparar com as expectativas do próprio profissional, sobre o alcance dessas atribuições;
- relatar o que os assistentes sociais e psicólogos avaliam sobre o trabalho Interdisciplinar e suas contribuições para resoluções de Ações de Guarda e Responsabilidade.
- relatar o que os assistentes sociais acreditam ser a especificidade de seu trabalho nesse âmbito de atuação;
- relatar o que os psicólogos acreditam ser a especificidade do trabalho do assistente social.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Não há riscos às pessoas entrevistadas.

**Benefícios:**

Contribuir para produzir mais na área acadêmica a respeito do trabalho do assistente social nas disputas de guarda e o trabalho Interdisciplinar no Judiciário, por ser um amplo campo de atuação do assistente social e de legitimação profissional. Além de contribuir com algumas reflexões para aperfeiçoar a ação do assistente social tanto no trabalho com famílias e nas ações Interdisciplinares.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um TCC.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Documentos enviados adequados. TCLE claro e objetivo, com linguagem simples. Carta de aceite assinada pela Secretaria Psicossocial Judiciária - SEPSJ. Instrumento de coleta de dados adequado.

**Recomendações:**

Pede-se para ajustar a carta de aceite na qual consta que a coleta de dados terminará em outubro de 2012. Entretanto, no projeto entregue as datas estão corretas.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Ajuste na carta de aceite.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

INSTITUTO DE CIENCIAS  
HUMANAS / UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BRASILIA, 18 de Janeiro de 2013

---

Assinador por:  
Debora Diniz Rodrigues  
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC - ALA NORTE - MEZANINO - SALA B1 - 606 (MINHOÇÃO)  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900  
UF: DF Município: BRASILIA  
Telefone: (61) 3307-2760 E-mail: ih@df.unb.br